

2

A teoria psicanalítica e o debate epistemológico anglo-saxão contemporâneo

Como mencionamos na **Introdução**, procuraremos sumariar e atualizar o que constituiu a nossa fase inicial da pesquisa. Talvez, uma forma mais viva de introduzir o leitor neste debate seja apresentarmos as diversas avaliações que então discutimos: a de Popper, Grünbaum e Klimovsky, seguidas da crítica que realizamos às suas insuficiências e impasses. Contudo, parece-nos imprescindível uma breve apresentação das fases em que dividimos a obra de Popper, pois, elas já são frutos dos questionamentos que suas teses iniciais despertaram. Assim, vemos na vasta obra de Popper três momentos distintos, a cada deles assinalamos uma obra central:

1 – A Racionalidade Científica. A crítica à lógica indutiva. O critério de demarcação entre ciência e pseudociência. A noção de refutabilidade. *A Lógica da Pesquisa Científica* [(1934) 1974].

2 – O Racionalismo Crítico. O método de conjecturas e refutações. Introdução da noção de “lógica situacional”. *Conjecturas e Refutações* [(1963) 1972].

3 – A Epistemologia Evolucionária. A objetividade do conhecimento: A Teoria dos Três Mundos. Os Programas de Pesquisa Metafísica. *Conhecimento Objetivo* [(1973) 1975].

Neste trajeto, observamos que as noções de cientificidade e de racionalidade vão sofisticando-se e, em certa medida, adquirindo uma independência, de modo a última incluir também os problemas metafísicos como passíveis de crítica e desenvolvimento. A nosso ver, duas ordens de fatores influíram na evolução da obra de Popper: em primeiro lugar, as críticas recebidas pelo seu critério de demarcação, como as de Lakatos e Feyerabend; em segundo, por sua pretensão de levar a campos muito distantes da ciência empírica – como a problemas metafísicos e à estética (tema que lhe interessava em particular) – um método de avaliação que considerasse confiável e objetivo.

2.1

Popper e a psicanálise

[...] Após o colapso do Império Austríaco, a Áustria havia passado por uma revolução: a atmosfera estava carregada de *slogans* e idéias revolucionárias; circulavam teorias novas e freqüentemente extravagantes. Dentre as que me interessavam, a teoria da relatividade de Einstein era sem dúvida a mais importante; outras três eram a teoria da história de Marx, a psicanálise de Freud e a “psicologia individual” de Alfred Adler.

[...] Durante o verão de 1919, comecei a me sentir cada vez mais insatisfeito com essas três teorias ... passei a ter dúvidas sobre seu *status* científico. Meu problema assumiu, primeiramente, uma forma simples: “O que estará de errado com o marxismo, a psicanálise e a psicologia individual? Por que serão tão diferentes da teoria de Newton e especialmente da teoria da relatividade?” (Popper, 1972, 64)

A psicanálise é *uma questão* para Popper desde sua juventude (17 anos), quando precocemente foi despertado para o problema de traçar uma distinção entre a ciência e a pseudociência. Contudo, ao contrário do que ocorreu em relação à teoria de Einstein e ao marxismo, aos quais dedicou inúmeros textos, pouco encontramos em Popper sobre a psicanálise. As referências são esparsas, ligeiras e, até certo ponto, pouco significativas, ou mesmo, ambivalentes. Talvez, aí esteja a origem de avaliações em relação à psicanálise, tão díspares, inspiradas na epistemologia popperiana, quanto às de Grünbaum e Klimovsky.

É no primeiro capítulo de *Conjecturas e Refutações* (Popper, 1972) que vamos encontrar suas críticas mais extensas à psicanálise. Estas podem ser agrupadas nos seguintes itens:

Uma excessiva capacidade de explicação. “Não conseguia imaginar qualquer tipo de comportamento humano que ambas as teorias (refere-se a de Freud e a de Adler) fossem incapazes de explicar.” (1972:65)

A idéia de uma “confirmação” da teoria a partir de experiências anteriores. Neste caso a referência que faz é diretamente a uma conversa com Alfred Adler, embora sugira que a atitude dos adeptos de Freud fosse a mesma:

Os analistas freudianos afirmavam que suas teorias eram constantemente verificadas por “observações clínicas”. Quanto a Adler, fiquei muito impressionado por uma experiência pessoal. Certa vez, em 1919, informei-o de um caso que não me parecia ser particularmente adleriano, mas que ele não teve qualquer dificuldade em analisar nos termos da sua teoria do sentimento de inferioridade, embora nem mesmo tivesse visto a criança em questão.

Ligeiramente chocado, perguntei como podia ter tanta certeza. ‘Porque já tive mil experiências desse tipo’ - respondeu; ao que não pude deixar de retrucar: ‘Com este novo caso, o número passará então a mil e um ...’ O que queria dizer era que suas observações anteriores podiam não merecer muito mais certeza do que a última; que cada observação havia sido examinada à luz da ‘experiência anterior’, somando-se ao mesmo tempo às outras como confirmação adicional (1972,65).

A utilização de “observações clínicas”. “As observações clínicas, como qualquer tipo de observação, são interpretações empreendidas à luz das teorias, por esta razão podem parecer sustentar as teorias à luz das quais foram interpretadas”. (1972:67, nota3) Além da circularidade das “observações clínicas”, critica a falta de observações que fossem empreendidas como testes (“tentativas de refutação”). Pede também *critérios de refutação* que estabelecessem as condições em que a teoria, não um diagnóstico em particular, fosse passível de ser refutada.

O “Efeito de Édipo”. Expressão que cunhou para caracterizar “a influência exercida por uma teoria, expectativa ou predição *sobre o acontecimento previsto ou descrito*” (1972, 67, nota3). Lembra a série de acontecimentos casuais que levaram Édipo ao parricídio, a partir da predição deste evento pelo oráculo. Cita Freud: “... do ponto de vista da teoria analítica, nenhuma objeção pode ser feita à afirmativa de que a maioria dos sonhos usados durante uma análise ... devem sua origem à sugestão (do analista) ... não há nada neste fato que possa prejudicar a confiabilidade dos resultados obtidos.” (1972, 67, nota 3) Como teremos oportunidade de discutir adiante, esta é uma citação truncada, que vai ser corrigida por Grünbaum, em sua crítica não menos contundente, porém mais rigorosa, à psicanálise. Aceitando, provisoriamente a leitura que Popper faz de Freud, o que desejamos registrar é sua afirmação de que tal impossibilidade de uma previsão “arriscada”, por parte da teoria psicanalítica, torna-a uma teoria irrefutável.

Em que pese tais críticas que embora gerais são incisivas, acredita Popper que “... Pessoalmente, não duvido da importância de muito do que afirmam (refere-se a Freud e Adler) e acredito que algum dia essas afirmações terão um papel importante numa ciência psicológica ‘testável’” (1972, 67).

Examinaremos as objeções de Popper em três momentos:

A – Nesta seção pretendemos discutir-las *aceitando* suas formulações e explicitando-as, dentro da epistemologia popperiana, baseados no sumário que fizemos no item anterior.

B – Na próxima examinaremos as mesmas objeções, agora melhor formuladas por Adolf Grünbaum, que chega a conclusões análogas a Popper, quando levantaremos nossos questionamentos às mesmas.

C – Num terceiro momento, seção 4 deste capítulo, examinaremos os próprios fundamentos da epistemologia popperiana, quando aplicado às ciências humanas e, em particular, à psicanálise, contrastando-a com a proposta epistemológica de Larry Laudan.

As objeções que Popper faz à cientificidade da psicanálise são compatíveis com os pontos de vista que desenvolve no que consideramos a primeira fase de sua epistemologia. Estava então voltado para o estabelecimento de um critério de demarcação entre ciência e pseudociência, servindo a psicanálise – assim como a astrologia – como um bom exemplo da segunda, sobretudo, por não oferecer possibilidade de ser testada por algum enunciado básico que a refutasse. Não teria a psicanálise previsões arriscadas que pudessem servir como experiências cruciais refutadoras. Além do mais, o que insinua na crítica às observações clínicas é que estas não só seriam *teorias* que interpretariam os dados, mas que na melhor das hipóteses cairiam nos velhos vícios dos processos indutivos. Lembremos de uma de suas famosas frases: “Pode ser útil colecionar insetos, mas não observações.” Está também implícito na primeira objeção – “excessiva capacidade explicativa” – o uso de hipóteses *ad hoc* pela psicanálise, pois, só assim poderia explicar tantos fenômenos. O uso de tal tipo de hipótese – ou seja: hipóteses auxiliares que não podem ser testadas independentemente – imunizaria a teoria psicanalítica de qualquer refutação.

Lembremos algumas das críticas ante este tão rigoroso critério de demarcação. Referimo-nos, em especial, às críticas de Lakatos e Feyerabend que, utilizando exemplos de outros campos do conhecimento (ciências naturais), recusam que os cientistas trabalhem como propõe Popper e, Lakatos em particular, considera ingênuo (ou dogmático) o falseacionismo desta fase da obra de Popper. Acrescentaríamos que Gregório Klimovsky (in, *Las Desventuras Del Conocimiento Científico*), autor de declarada orientação

popperiana, após discutir minuciosamente as dificuldades de utilização de experiências cruciais, assim como o caráter necessariamente convencional dos enunciados de primeiro nível (observacionais), conclui: “... toda afirmação acerca da base empírica é de natureza hipotética e é, portanto, revisável ... Se isto é assim, o que resta da ambição da ciência de dispor de uma série de conhecimentos indiscutíveis a partir dos quais se possam contrastar hipóteses e teorias? Desde o ponto de vista filosófico, a resposta é que tal conhecimento indiscutível não existe.” (op.cit.; p.223) Popper certamente concordaria com tais afirmações. Contudo, seu critério de demarcação foi excessivo, a nosso ver, não tanto pelo rigor, mas por substituir a questão da racionalidade pela da cientificidade, ou, pelo menos, borrar tal distinção num primeiro momento de sua obra. Mesmo que aceitemos o critério proposto – com todo o necessário caráter hipotético dos refutadores – não nos satisfaz a vasta gama de produção científica que ficaria relegada à pseudociência, num limbo epistemológico pouco diferenciado: psicanálise/astrologia/teoria da seleção natural de Darwin. Pensamos que a mesma insatisfação acometeu a Popper, daí propor o método de conjecturas e refutações e a “*análise ou lógica situacional*”. Uma vez que neste momento nos propusemos a manter o exame dentro da própria obra popperiana, vamos investigar como a psicanálise poderia receber outro tratamento.

Curiosamente, Popper não retoma o tema da teoria psicanalítica no restante de sua obra. Entretanto, a proposta de utilização da “análise situacional” visa exatamente fornecer um espaço mais amplo para a discussão daquelas teorias que embora não testáveis – metafísicas, na terminologia popperiana - são passíveis de discussão racional, uma vez que se propõem a dar conta de problemas reconhecidos pela comunidade científica. Lembraríamos que, nesta segunda fase, Popper passa a falar com maior insistência de escolha entre teorias rivais. Na fase anterior, talvez, o que avalizasse mais a crítica de Lakatos seria o fato da pretensão, dogmática, de refutação de uma teoria isolada. Neste sentido, oferecemos um exemplo, a partir de Freud, de uma das teorias componentes da teoria psicanalítica que, exatamente, pretende dar conta de uma situação-problema. Não entraremos na discussão da solução dada por Freud, porém registramos sua formulação, uma

vez que corresponde a nosso ver ao modelo que Popper espera encontrar nas legítimas *teorias metafísicas*.

Referimo-nos à obra de Freud: *Análise do Ego e Psicologia do Grupo* (Freud, 1921, S.E. 18: 66-143). Vejamos como enquadra-se o texto freudiano numa análise situacional:¹³

Problema (**P1**): *Os indivíduos quando em grupo, sob certas condições, se comportam, sentem, pensam, de forma muito diversa do que seria esperado por suas formas usuais de comportamento, sentimento e pensamento.*

E esta condição (pertencer a um determinado grupo) é sua inserção numa coleção de pessoas que adquiriram as características de um ‘grupo psicológico’. O que é, então, um ‘grupo’? Como ele adquire a capacidade de exercer uma tão decisiva influência sobre a vida mental do indivíduo? E qual é a natureza da mudança mental que ele impõe ao indivíduo? (Freud, S.E. 18:72)

Freud considera que é tarefa de uma teoria psicológica sobre grupos dar conta destas três questões. A validade do problema e a pertinência das questões são dados pelo reconhecimento da comunidade científica, que apresentou várias teorias a respeito, e pela observação cotidiana. No correr do texto, Freud examina as principais teorias disponíveis, a de Le Bon, a de McDougall e a de Trotter. Aponta concordâncias e assinala as insuficiências de tais teorias, como a incapacidade de darem resposta adequada ao fenômeno do pânico. Este ocorreria de forma desproporcional ao perigo existente. Assim, as teorias que atribuíam o pânico ao “contágio” (“indução primária”), como a de McDougall, não dariam conta do contra-exemplo de estados de pânico em ausência de graves perigos, ou, da capacidade do grupo de enfrentar estados de reais graves ameaças.

Teoria Proposta ou Teoria a ser testada (**TT**): Os grupos psicológicos se formam por desenvolver uma ligação entre seus membros de caráter libidinal¹⁴ e seu líder representar para cada membro seu próprio ideal.

¹³ A análise situacional é expressa por Popper, através da fórmula muitas vezes repetida:

P1 → TT → EE → P2

Em que:

P1: Problema apresentado

TT: Teoria ou Solução Experimental

EE: Eliminação de erros (por discussão crítica ou por teste experimentais)

P2: Novo problema surgido

¹⁴ “Libido é uma expressão tomada da teoria das emoções. Chamamos por este nome a energia, vista como uma magnitude quantitativa (ainda que no momento não seja realmente mensurável), daqueles instintos relacionados com tudo o que pode ser compreendido sob a palavra ‘amor’. O

Tal teoria dá conta das três perguntas acima levantadas, esclarece o papel do líder melhor que as anteriores e deu margem a experiências de tratamento psicanalítico em grupo, assim como da utilização de técnicas grupais para diversas formas de assistência. Foi o caso das experiências de W. R. Bion e Jonh Rickman (Bion, 1970)¹⁵ no exército britânico – na recuperação psicológica de combatentes – e de W. R. Bion também na Tavistock Clinic (Bion, 1970).

Eliminação de erros (**EE**): As experiências citadas exigiram a correção da teoria original (**T1**), a qual não dava suficientemente conta do papel e do processo de escolha do líder, entre outros problemas (**P2**).

Novos problemas (**P2**): Como é escolhido o líder num grupo? Qual o seu papel (além do que Freud havia sugerido)? Como explicar a formação e o papel que exercem os sub-grupos, dentro do grupo maior?

Nova teoria (**T2**): Para dar conta dessas questões uma nova teoria foi formulada (Bion, 1970), colocada a teste, através da aplicação de sua metodologia em grupos variados, surgindo novos problemas (**P3**) que exigiram repensar e formular nova teoria (**T3**),¹⁶ a partir da correção de erros (**EE**).

A experiência psicanalítica com grupos, somente possível a partir do trabalho original de Freud, permitiu a formulação de novas teorias, eliminando erros anteriores, ou seja, tendo uma maior capacidade explicativa e abrindo

núcleo do que queremos dizer por amor consiste (e isto é o que comumente é chamado amor, e aquilo que os poetas cantam) naturalmente do amor sexual com a união sexual como seu objetivo. Mas não separamos disto – o que em qualquer caso tem uma participação no termo ‘amor’- quer o amor por si mesmo (self-love), quer o amor pelos pais ou filhos, amizade e amor pela humanidade em geral, e também a devoção a objetos concretos e a idéias abstratas. Nossa justificação jaz no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências são uma expressão dos mesmos impulsos instintivos; nas relações entre os sexos esses impulsos forçam seu caminho em direção à união sexual, mas em outras circunstâncias eles se afastam de seu objetivo ou são impedidos de alcançá-lo, ainda que sempre preservem bastante de sua natureza original para manter sua identidade reconhecível (em traços como o anseio pela proximidade, e o auto-sacrifício).” (op. cit. 90-91)

¹⁵ As experiências foram realizadas na década de 40 e, inicialmente, publicadas no início dos anos 50.

¹⁶ Sua primeira publicação foi em 1970 – in *Atenção e Interpretação* – onde, através da utilização de novos conceitos (como: continente/contido; mudanças catastróficas, etc.), estuda certos problemas da psicologia dos grupos até então não enfrentados pelas teorias psicológicas. Referimo-nos a questões do tipo: qual o mecanismo de mudanças súbitas nos grupos, dos cismas, ou, da substituição de lideranças; problemas tão freqüentes como à primeira vista inexplicáveis, embora reconhecidos como tais pela comunidade científica. Seria então um exemplo típico de desenvolvimento de uma teoria, a partir correção pela experiência, nos moldes propostos por Popper.

novos campos de investigação. Os resultados empíricos se expressaram pela capacidade que a experiência citada forneceu de uma mais rápida e melhor recuperação de combatentes, assim como pela possibilidade de utilização de técnicas grupais no tratamento de pacientes internados em hospitais psiquiátricos (a experiência de comunidades terapêuticas, na qual a própria vida comunitária representava um importante fator terapêutico, reduzindo o tempo tradicional de internação e facilitando a ressocialização), e ainda nos tratamentos em hospitais gerais de pacientes com distúrbios psicossomáticos ou com resistência a tratamentos de enfermidades crônicas (como a diabetes), entre outras aplicações de terapêuticas grupais.

Citamos, muito sumariamente, este exemplo de análise situacional de uma das teorias componentes da teoria psicanalítica, apenas para registrar um ponto ao qual voltaremos, quando discutirmos as insuficiências da epistemologia popperiana, e a tradição na qual está inserida, para lidar com as ciências humanas e, em particular, com a psicanálise. Conforme procuramos mostrar, há um espaço que não foi explorado por Popper para uma aproximação mais criativa e menos dogmática da “questão da psicanálise”.

A fim de suprir a ausência de comentários mais extensos e consistentes a respeito da psicanálise, na obra de Popper, utilizaremos o seu texto *A Lógica das Ciências Sociais* (tradução brasileira da participação de Popper in *The Positivist Dispute in German Sociology*, Brasília: Ed. universidade de Brasília, 1978) como fonte de discussão do padrão de racionalidade que propõe para as ciências humanas. Neste trabalho, em que expõe seu ponto de vista em vinte e sete teses, encontramos uma subordinação da psicologia à sociologia, o que a nosso ver descaracteriza o seu objeto de estudo, ou, para usar uma linguagem popperiana, a própria natureza dos problemas com que a psicologia se defronta.

Na vigésima-segunda tese diz:

A psicologia é uma ciência social visto dependerem, grandemente, nossos pensamentos e ações de nossas condições sociais. Idéias como (a) a imitação, (b) a linguagem, (c) a família, são obviamente idéias sociais; está claro que a psicologia da aprendizagem e do pensamento e também, por exemplo, a psicanálise, não podem existir sem utilizar uma ou outra dessas idéias sociais, o que demonstra ser impossível explicar a sociedade exclusivamente em termos psicológicos, ou reduzi-la à psicologia. Logo, não podemos considerar a psicologia como a base das ciências sociais.

O que não podemos, a princípio, explicar psicologicamente, e o que devemos pressupor em toda explicação psicológica é o ambiente social do homem. A missão de descrever esse ambiente social (isto é, com a ajuda de teorias explicativas – como declaradas anteriormente – visto que descrições livres de teorias não existem) é a tarefa fundamental da ciência social (p. 30).

Tais afirmações, à primeira vista, chocantes, se tornam mais coerentes (talvez, excessivamente) quando articuladas com as demais teses em que faz sua proposta de uma “*lógica situacional*”, para as ciências sociais. Este ponto fica mais claro na vigésima-quinta tese:

A investigação lógica da Economia culmina com um resultado que pode ser aplicado a todas as ciências sociais. Este resultado mostra que existe um *método puramente objetivo* nas ciências sociais, que bem pode ser chamado de método de compreensão *objetiva*, ou de *lógica situacional*. Uma ciência orientada para a compreensão objetiva ou lógica situacional pode ser desenvolvida independentemente de todas as idéias subjetivas ou psicológicas. Este método consiste em analisar suficientemente a situação social dos homens ativos para explicar a ação com a ajuda da situação, sem outra ajuda maior da psicologia. A compreensão objetiva consiste em considerar que a ação foi objetivamente apropriada à situação. Em outras palavras, a situação é analisada o bastante para que os elementos que parecem, inicialmente, ser psicológicos (como desejos, motivos, lembranças e associações), sejam transformados em elementos da situação. O homem com determinados desejos, portanto, torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que persegue certos *alvos* objetivos; e um homem com determinadas lembranças ou associações torna-se um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que é equipado, objetivamente, com outras teorias ou com certas informações (p. 31 e 32).

A seguir, na mesma tese, Popper vai dar o “exemplo de Carlos Magno”, ou seja, a possibilidade de compreendermos objetivamente as ações de Carlos Magno caso possuíssemos todas as informações de que o personagem dispunha e assim estabelecermos seus alvos e objetivos. Acha que esse método – *lógica situacional* – é:

...racional, empiricamente criticável, e capaz de melhorias. Podemos, por exemplo, encontrar uma carta que demonstre que o conhecimento à disposição de Carlos Magno era diferente do que admitimos em nossa análise. Por contraste, as hipóteses psicológicas ou caracterológicas são dificilmente criticáveis por argumentos racionais (Vigésima-sexta tese, p. 32).

O exemplo acima de aplicação da “*análise situacional*” às ciências humanas levanta uma gama de problemas que tocam as bases da epistemologia popperiana. Como reservamos um espaço para a discussão mais abrangente da mesma, registramo-lo apenas para ilustrar como Popper tenta lidar com a questão – há uma referência *en passant* à psicanálise – nesta fase de pleno desenvolvimento de seu racionalismo crítico e epistemologia

evolucionária. Por ora, interessa-nos encontrar um lugar para a discussão da racionalidade da psicanálise. Pensamos tê-lo encontrado em sua proposta de *Programas de Pesquisa Metafísica*. Como já assinalamos no item anterior, foi este o espaço que Popper reservou para a teoria da seleção natural de Darwin, teoria não-testável, portanto, metafísica, mas que recebeu um tratamento mais atencioso por parte de Popper. Chegou mesmo este a sugerir aperfeiçoamentos na teoria darwiniana, bastante ousados, porém preciosos para alguns comentadores, como Watkins.

Quando lembramos o texto de Freud sobre grupos, acima citado, pensávamos precisamente na possibilidade da epistemologia popperiana aproveitá-lo para uma interlocução que poderia superar dificuldades mútuas.

Em resumo: entendemos que a teoria psicanalítica, dentro de critérios de cientificidade estritamente popperianos, não se sustenta como ciência. Deverá a psicanálise encontrar sua racionalidade, na proposta popperiana, como um *Programa de Pesquisa Metafísica*. Posição idêntica encontramos entre popperianos, como Renée Bouveresse Quilliot e Roland Quilliot que são citados por Elizabeth Saporiti (1997: 69), partilhando a mesma opinião:

Assim sendo, a Psicanálise poderia ter pretensões de racionalidade, mesmo não sendo científica. (Passa a citar os Quilliot): “E, quando Popper aproxima Freud de Darwin, alegando que a teoria freudiana, da mesma forma que a darwiniana, oferece o que ele chama de ‘uma lógica’ das situações, ele está reconhecendo abertamente o caráter racional da teoria freudiana. Pode-se assim concluir que, na posição de Popper, nada impediu jamais que se atribuísse à teoria freudiana o mesmo estatuto que o próprio Popper vem atribuindo há muito tempo à teoria da evolução: o de ser um ‘programa de pesquisa metafísica’ útil à ciência.¹⁷”

Resta ainda um comentário sobre a *ambivalência* de Popper em relação à psicanálise. No mesmo capítulo já citado de *Conjecturas e Refutações*, diz:

Mencionaria aqui um ponto de concordância com a psicanálise. Esta afirma que os neuróticos interpretam o mundo de acordo com um modelo pessoal fixo, que não é facilmente abandonado, e cujas raízes podem remontar às primeiras fases da infância. Um modelo ou esquema adotado muito cedo se mantém e serve como padrão interpretativo para toda experiência nova, verificando-a, por assim dizer, e contribuindo para enrijecê-la. Esta é uma descrição do que chamei de “atitude dogmática”, por comparação com a atitude crítica que tem em comum com ela a facilidade da adoção de um sistema de expectativas – um mito, talvez: hipótese ou conjectura -, mas que estará sempre pronta a modificá-lo, a corrigi-lo e até mesmo a abandoná-lo. Estou inclinado a achar que a maioria

¹⁷ “A Cientificidade da Psicanálise – Popper e Pierce”, de Saporiti, E. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

das neuroses podem ser devidas ao não desenvolvimento da atitude crítica – a um dogmatismo enrijecido (e não natural); à resistência às exigências de adaptações de certas interpretações e respostas esquemáticas. Resistências que em si pode ser explicada, em certos casos, por uma injúria ou um choque que provocou medo e o aumento da necessidade de segurança, analogamente ao que acontece quando ferimos um membro, que depois temos medo de usar – o que o enrijece. (Pode-se até mesmo argumentar que o caso do membro é não só analógico à resposta dogmática, mas um exemplo desse tipo de resposta). Em qualquer caso concreto, a explicação precisará levar em conta o peso das dificuldades que podem ser consideráveis, especialmente num mundo complexo e cambiante: experiências feitas com animais nos ensinam que variando as dificuldades impostas, podemos provocar vários graus de comportamento neurótico (p.79).

Infelizmente, Popper não explorou esse seu *insight* sobre a importância, para a psicanálise, da distinção entre um “pensamento dogmático” e um “pensamento crítico”, que será um dos pontos fundamentais para a compreensão das psicoses, assim como do tipo de racionalidade que a psicanálise utiliza. A exploração deste ponto poderia também atender à sugestão de Klimovsky (1987:282) quanto à psicanálise poder oferecer alguma contribuição à epistemologia.

Reservamos para o final desta seção nossos comentários sobre duas noções que aparecem com frequência nas críticas de Popper e que retornarão nas de Grünbaum, principalmente a primeira. Referimo-nos às noções de *sugestão* e de *ambivalência*. Tais conceitos merecem um lugar especial dada a forma bastante equivocada como que são tradicionalmente tratados pelos críticos da psicanálise.

Quanto ao problema da sugestão, Freud se defrontou com o mesmo desde cedo e discute-o em vários momentos, dos quais vamos selecionar: duas de suas *Conferências Introdutórias* (Freud, 1916/7; S. E. XVI) – as de número XXVII e XXVIII – e seu texto já citado sobre os grupos humanos (Freud, 1921; S.E. XVIII). Nestas obras reconhece o fenômeno da sugestão como um fenômeno universal, ou seja, que ocorre em qualquer situação, tanto nas relações do indivíduo consigo mesmo (auto-sugestão), como com um outro (hipnotizador, parceiro amoroso), quanto nos grupos.¹⁸ A rigor, a teoria psicanalítica nasceu da tentativa de superar certos problemas – tanto clínicos

¹⁸ A complexidade do problema da sugestão, que está indissolivelmente ligado ao da afetividade, pode ser constatada no texto de Eugen Bleuler : Afetividade, Sugestibilidade e Paranoia (Bleuler, 1962). Adiantamos, a guisa de exemplo, o fato de fenômenos próximos à sugestão serem observados também em animais (“estouro da boiada”, latidos de cães a partir de um latido inicial, etc.); assim como os tênues limites entre as noções de crença, fé e sugestão.

como teóricos – que os diversos métodos terapêuticos baseados no uso da sugestão, que surgiram no final do século XIX, ofereciam. Do ponto de vista teórico, a noção de sugestão se fez presente em todas as teorias sobre os grupos humanos em voga na época, sob diversos nomes: imitação (Tarde), contágio (Mc Dougall), prestígio (Le Bon), como bem assinala Freud; a respeito do que comenta:

Devemos, pois, estar preparados para a afirmação que a sugestão (ou mais corretamente a sugestibilidade) é realmente um irredutível e primitivo fenômeno, um fato fundamental na vida do homem. Tal, também, era a opinião de Berheim, de cujas impressionantes artes fui uma testemunha no ano de 1889. Contudo, posso recordar de mesmo então ter tido um sentimento de abafada hostilidade a esta tirania da sugestão. Quando um paciente que se mostrava inacessível, ouvia o grito: ‘O que você está fazendo? *Vous vous contresuggestionnez!*’, eu dizia para mim mesmo que isto era uma evidente injustiça e um ato de violência. Pois, o homem certamente tinha o direito a contra-sugestões se estavam tentando subjugar-lo com sugestões. Mais tarde, minha resistência tomou a direção de protestar contra a visão de que a sugestão, que tudo explicava, fosse ela própria isenta de explicação. Eu repetia o velho quebra-cabeça: *Christophorus Christum, sed Christus sustulit orbem: Constiterit pedibus dic ubi Christophorus?* (‘Cristovão sustentava Cristo; Cristo sustentava o mundo; Diga, onde Cristovão punha então seu pé?’) (Freud, 1921; S.E. XVIII:89).

Freud vai propor como fundamento da sugestão a libido, cujo papel na dinâmica dos grupos já comentamos anteriormente. Em qualquer relação pessoal a libido se faz também presente pelo fenômeno da *transferência*, ou seja, o paciente, como qualquer pessoa, transfere para a relação com o outro vínculos afetivos que reproduzem relações anteriores, sendo as mais básicas as relações com os primeiros objetos de amor e ódio: pais e irmãos, por exemplo. Segundo a concepção freudiana, a possibilidade de alguma forma de influência, e não nos referimos somente à terapêutica, está matizada pelo fenômeno da transferência. Esta pode ser positiva (amorosa) ou negativa (agressiva). Quando consideramos como muito equivocadas e superficiais as críticas que se baseiam no papel da sugestão, assim o julgamos pelos seguintes motivos:

A – Ignoram a universalidade do fenômeno.

B – Não discutem a teoria psicanalítica da sugestão, que envolve o fenômeno da transferência e sua teoria da libido, da mesma forma que não apresentam outra teoria concorrente.

C – Não discutem a sugestão e a resistência à mesma, ou seja, as duas formas de transferência que Freud propõe. Importante lembrar que não só na psicanálise, mas também na tradição psiquiátrica, tão importante quanto a sugestibilidade é o seu oposto: o negativismo, freqüente em quadros psicóticos. Da mesma forma, não é discutido o aspecto seletivo da sugestão, isto é: o paciente não aceita qualquer interpretação ou explicação.

D – Como há pouco mencionamos, ao citar Popper sobre o “pensamento dogmático” (neurótico) e o “pensamento crítico” (normal), não pretende a teoria psicanalítica explicar o sintoma ou a história do paciente, mas sim permitir que este encontre significações, as quais serão sempre provisórias, permitindo re-significações, o que o “pensamento dogmático” não possibilita. Lembramos que um dos sintomas característicos – patognômico – das psicoses é a *impossibilidade* de um “pensamento crítico”. O delírio – para tomarmos a forma paradigmática do pensamento psicótico – é *necessariamente* irredutível à argumentação racional; sua verdade é *evidente e manifesta*, suas idéias são, muitas vezes, *claras e distintas*, não dando margem a dúvidas, segundo o ponto de vista do paciente. Neste sentido é que pensamos ter escapado a Popper, como a outros epistemólogos da mesma tradição, que desprezam o irracional, a contribuição fundamental da psicanálise ao problema da psicose: o seu caráter de um pretenso *conhecimento privado*.¹⁹

Quanto à noção de *ambivalência*, Popper admite a existência do fenômeno, mas o considera um obstáculo à testabilidade da psicanálise:

Mas que resultados clínicos poderiam refutar satisfatoriamente não só um diagnóstico analítico em particular mas a própria psicanálise? Os analistas têm discutido critérios e concordado com eles? Não existirá, ao contrário, toda uma série de conceitos analíticos como, por exemplo, o conceito de ‘ambivalência’ (não estou sugerindo que esse conceito não exista) que tornariam difícil, se não impossível, chegar a um acordo sobre tais critérios? (Popper, 1972:67).

Poderíamos pensar que um psicanalista de inclinação popperiana responderia às inquietações de Popper, sugerindo a aplicação do método da “análise situacional”, próprio para as teorias não testáveis (metafísicas, segundo Popper) pelos métodos das ciências empíricas. Contudo, este ponto

¹⁹ Voltaremos ao tema, principalmente, no **Capítulo 5**. Dado caráter o sintético deste capítulo, indicamos aos interessados o Anexo III da Dissertação de Mestrado, onde também desenvolvemos nossa compreensão do problema do *conhecimento privado* nas psicoses, a partir de uma discussão de textos de Descartes, Wittgenstein e Borges.

escapa a Popper que na continuação do trecho acima citado vai mostrar sua surpresa, após uma citação um tanto truncada de Freud, pelo fato deste reconhecer que muitos dos sonhos usados nas análises devem-se à sugestão do analista. Como procuramos há pouco esclarecer o fenômeno da sugestão é reconhecido pela teoria psicanalítica e é um de seus *problemas*.²⁰ O mesmo ocorre com a noção de *ambivalência*. A psicanálise não pretende eliminá-la de sua ontologia, pelo contrário, mas oferecer uma teoria que lhe dê sentido.

O termo *ambivalência* foi utilizado por Freud, tornando-se progressivamente mais relevante em sua teoria, a partir da introdução do mesmo na psiquiatria, por Eugen Bleuler, como nos conta Laplanche e Pontalis (1970):

O termo ‘ambivalência’ foi por Freud tomado a Bleuler, que o criou. Bleuler considera a ambivalência em três domínios. Voluntário (*Ambitendenz*): o indivíduo quer ao mesmo tempo comer e não comer, por exemplo. Intelectual: o indivíduo enuncia ao mesmo tempo uma proposição e o seu contrário. Afectivo: ama e odeia num só movimento a mesma pessoa.

Bleuler faz da ambivalência um sintoma preponderante da esquizofrenia, mas reconhece a existência de uma ambivalência normal.

... Bleuler acaba por privilegiar a ambivalência afectiva, e é este sentido que orienta a utilização freudiana (Laplanche e Pontalis, 1970, 49).

Como é comum ocorrer na história da psiquiatria, uma noção como a de ambivalência surge, inicialmente, na descrição de quadros graves, sendo mesmo um dos sintomas básicos da esquizofrenia [Bleuler (1911), 1960], e aos poucos é identificada como constituinte da *vida psíquica normal*. Como registramos na **Introdução** o inusitado daqueles fenômenos que não são absorvidos pela *psicologia normal* seriam os tipicamente psicóticos, como é o caso das idéias delirantes. Coube à teoria psicanalítica fazer uma radical aproximação entre essas duas classes de fenômenos – *psicóticos e normais* – embora mantendo um diferencial. É neste sentido que a ambivalência vai aparecer na teoria psicanalítica como uma manifestação de um permanente conflito entre tendências pulsionais – amor e ódio pelo mesmo objeto, por exemplo. Está tal conceito – ambivalência – também na base da noção de conflito mental, sem a qual ficaria ininteligível a proposta psicanalítica e, segundo esta, a própria compreensão da vida psíquica. Consideramos

²⁰ Utilizamos aqui o termo *problema* na acepção que ampla que lhe dá Larry Laudan, ou seja: como uma das questões que uma determinada *tradição de pesquisa* se propõe a resolver. Tais noções são discutidas detalhadamente na seção 2 do **CAPÍTULO III** de nossa dissertação de mestrado e, de uma forma mais sintética, na seção 2.5 deste capítulo.

extremamente equivocada a crítica epistemológica, baseada no fato da teoria psicanalítica utilizar o conceito de ambivalência, quando tal crítica não apresenta outra teoria rival para dar conta do *problema*, ao mesmo tempo que reconhece a legitimidade de sua existência.

2.2

A avaliação de Adolf Grünbaum

No domínio do debate epistemológico que envolve a tradição popperiana, Adolf Grünbaum – um prestigiado nome da filosofia da ciência contemporânea – realizou a mais minuciosa e consistente crítica epistemológica à teoria psicanalítica de que temos conhecimento. Dentro de uma perspectiva própria utiliza concepções popperianas, corrigindo muitas vezes as afirmações imprecisas e esparsas de Popper a respeito da psicanálise. Tomaremos como referência o seu texto mais longo e detalhado: *The Foundations of Psychoanalysis – A Philosophical Critique* (Grünbaum, 1984), não só pela abrangência de sua crítica, como pela grande repercussão que teve e ainda tem no ambiente psicanalítico. Não temos notícia de alguma resposta às suas críticas com igual amplitude. Como não temos a pretensão de preencher esta lacuna, o que exigiria um trabalho específico, limitar-nos-emos a articular suas críticas às de Popper, apontar nossas concordâncias e discordâncias, e, seguindo nossa metodologia deixar nossos questionamentos para a seção dedicada à crítica à tradição epistemológica anglo-saxã.

Julgamos mais objetivo apresentar a avaliação de Grünbaum a partir de suas conclusões:

Três principais conclusões emergem das avaliações que fiz nos capítulos precedentes.

1 – Na medida em que a evidência para o corpo psicanalítico é atualmente tida como derivar das produções dos pacientes em análise, esta garantia é acentuadamente fraca.

2 – Em vista do meu relato das falhas epistêmicas inerentes ao método psicanalítico, pareceria que a validação das hipóteses cardinais de Freud tem que vir, se possível, principalmente de estudos extra-clínicos, ou epidemiológicos, ou mesmo experimentais, bem configurados (ver Masling 1983; Eysenck e Wilson 1973). Contudo esta avaliação é uma tarefa para o futuro.

3 – Apesar da pobreza das credenciais clínicas, talvez possa ocorrer que a brilhante imaginação teórica de Freud tenha sido real e fortuitamente bem sucedida para a psicopatologia ou a compreensão de alguma sub-classe de atos falhos. Entretanto, enquanto a psicanálise possa assim ser vista como cientificamente viva, ela não está atualmente nada bem, pelo menos no que diz respeito aos seus fundamentos clínicos. Nem há um favorável veredito de tais achados experimentais como tivemos ocasião de discutir em profundidade no capítulo 3 (pg. 188-89), cap. 4 (pg. 202-05) e cap. 9 (p. 270).

A crítica de Grünbaum, em sua obra principal, se divide em duas partes: uma longa introdução, na qual procura contestar a visão hermenêutica da psicanálise, e o corpo central do livro, no qual discute sempre a partir dos próprios textos freudianos os *standards epistemológicos* de Freud.

A crítica à hermenêutica foge ao escopo de nosso trabalho e registramos apenas a estratégia fundamental da argumentação de Grünbaum, que se dirige sobretudo a Habermas e Paul Ricoeur.

A idéia que Grünbaum atribui aos hermeneutas é a de que Freud teria se auto-equivocado, propondo ser a psicanálise uma ciência natural, obedecendo a leis causais semelhantes às utilizadas na física ou química, enquanto o método que emprega seria na realidade o das ciências humanas. Estas não se enquadrariam no mesmo tipo de leis que as ciências naturais, uma vez que obedeceriam à “causalidade do destino”. Termo que Habermas tomaria de Hegel e, aplicando à psicanálise, sugeriria que a mesma procura compreender os sintomas, quadros clínicos, à luz de uma narrativa histórica do indivíduo. Assim, os resultados terapêuticos – segundo o entendimento de Grünbaum da posição dos hermeneutas – seriam fruto da liberação, pela dissolução da repressão (isto é, dos conteúdos ideativos de que o paciente não tem consciência), de uma mais livre capacidade de auto-reflexão. Grünbaum vai criticar, desde a dicotomia ciências naturais e ciências humanas até o papel da auto-reflexão. Considera que Habermas tem uma visão equivocada da metodologia das ciências naturais, uma vez que estas também dependeriam do contexto histórico, não diferindo das ciências humanas a este respeito. O contexto histórico de que Grünbaum fala refere-se às ocorrências dos eventos – físicos, materiais – num determinado tempo, sob certas condições, ligados a um passado de outros eventos. Quanto à crítica à auto-reflexão, o papel da consciência não é abordado, sendo a crítica centrada na incompetência do

paciente de ter um papel privilegiado no processo de avaliação epistemológica do trabalho psicanalítico. Tais objeções são mais voltadas a Habermas.

Em relação a Ricoeur, as críticas vão dirigir-se ao fato de restringir o domínio de conhecimento do objeto psicanalítico à linguagem. Ou seja, Ricoeur considera que o campo epistemológico da psicanálise, por excelência, é o diálogo clínico, sendo que somente por seu intermédio poder-se-ia fazer uma avaliação da validade da teoria psicanalítica. Grünbaum rejeita tal limitação e faz referência aos elementos não-verbais dos quais a psicanálise faz extenso uso. O ponto que Grünbaum enfatiza, em sua crítica, é o fato de que: “... Ricoeur insiste que ‘a psicanálise não satisfaz os standards da ciência de observação e os ‘fatos’ com que ela lida não são verificáveis por múltiplos, independentes observadores ... não há ‘fatos’ nem qualquer observação de ‘fatos’ em psicanálise mas a interpretação de uma narrativa histórica.’” (p.44/5) Dentro de sua proposta epistemológica, que não distingue ciências naturais e humanas, Grünbaum ora reduz as formulações de Ricoeur a um modelo explicativo causal, ora vai apontar o que entende ser incoerências na investigação de Ricoeur, como quando: “... ele (Ricoeur) nada oferece em relação à validação de hipóteses *causais*, das quais, ele reconhece, a teoria de Freud está repleta !” (p.68).

Ainda nesta parte introdutória, de crítica aos hermeneutas, vai Grünbaum negar a distinção entre *razões e causas*. Sua crítica a tal distinção se remete ao trabalho de von Wright (1977) – *Explanation and Understanding* – que caracteriza as explicações sobre as ações humanas como “... fazendo os fenômenos teleologicamente inteligíveis mais do que previsíveis (ou explicáveis) a partir do conhecimento de suas causas eficientes.” (citação que faz de von Wright 1977:8, na p.69). Sua discussão deste ponto de vista fica bastante prejudicada, pois, como em outras ocasiões, procura reduzir a argumentação oponente a explicações causais, sem contudo examinar detalhadamente os fundamentos do texto de von Wright. Mesmo que isto ocorra pelo fato do tema ser tratado numa introdução, pareceu-nos também indicativo o papel secundário que dá à linguagem. A respeito do *silogismo prático*, exposto por von Wright, Grünbaum formula-o da seguinte maneira:

A questão da razão versus causa (r vs. c) se desenvolve por referência ao assim chamado ‘silogismo prático’, que tem a seguinte forma: uma ação A é tida

como levada a efeito porque o agente objetiva alcançar o alvo *G* e acredita que realizando *A* atingirá *G*. E, indicando estas razões estabelecidas para fazer *A*, *R* vs. *C* *nega* que um estado de um agente de ter uma razão para ação (no sentido *explicativo*) possa pertencer a uma espécie do gênero ‘causa’ (p.70).

Grünbaum critica a especificidade do silogismo prático para a compreensão do agir humano sem, entretanto, discutir os pontos fundamentais da argumentação de von Wright que envolvem, por exemplo, o espaço da liberdade (o agente poderá ou não realizar a ação *A*, embora tenha todos os motivos, ou razões, para tal) e a distinção lógico-linguística das descrições, que tomam as formas: causais ou teleológicas, segundo estruturas lógicas distintas que as sustentam.

A linha argumentativa de Grünbaum, nesta introdução, está dirigida não somente à crítica das teorias hermenêuticas da psicanálise, mas ao estabelecimento do método que irá empregar na parte principal de seu livro:

Declaradamente, seus (de Freud) critérios de validação são essencialmente aqueles do indutivismo hipotético-dedutivo (Freud, S.E. 1914, 14:77; 1915, 14:117; 1923, 20:32). E a adesão a eles é a marca distintiva da probidade científica que requeria para sua teoria. Daí, cumpre a mim avaliar os *argumentos* de Freud em favor de sua monumental teoria clínica e terapia da personalidade, segundo seus próprios standards (p.93/4).

Antes de entrarmos na avaliação de Grünbaum, gostaríamos de assinalar que, pelo afirmado acima, o autor seguirá uma metodologia própria, diversa da de Popper, em sua crítica. Utilizará o que entende, a nosso ver, com uma boa fundamentação nos textos que cita de Freud, ser os próprios standards deste. Não toma, portanto, como Popper supostamente faria, a psicanálise como uma teoria do Mundo 3, passível de ser investigada independente das intenções de seu criador. A propósito, é bom lembrar que outros autores, como von Wright (1977), consideram que Freud utiliza tanto formulações causalistas como teleológicas, ou seja, tanto *explica*, como *compreende*.

Grünbaum desenvolve a parte mais substantiva de sua crítica aos fundamentos da psicanálise em duas etapas: inicialmente, vai defender – em oposição a Popper – que a teoria psicanalítica é uma teoria testável e, em seguida, que os testes – baseados na experiência clínica – a refutam. Vejamos esses dois momentos.

A refutabilidade da psicanálise é evidenciada por diversas citações de Freud, nas quais este propõe possibilidades de ocorrências clínicas que

invalidariam a teoria psicanalítica. Grünbaum dá como exemplo o texto: *Um Caso de Paranóia que Contraria a Teoria Psicanalítica da Doença* (Freud, 1915, S.E. XIV: 263-272). Vamos deter-nos neste exemplo, uma vez que o autor o utiliza com frequência, assim como o tema da paranóia, e serve de paradigma para a sua tese quanto à refutabilidade da teoria psicanalítica.

Cita Freud: “A ‘teoria psicanalítica da paranóia’, que está em questão no trabalho, é a hipótese que o amor homossexual *reprimido é causalmente necessário* para o sofrimento por delírios paranóides (Freud, 1915, S.E. XIV: 265-266).” (p. 108) Por outro lado, o caso clínico descrito é o de uma jovem que se sente perseguida por seu amante, ou seja, por uma pessoa do sexo oposto, enquanto que, segundo a teoria psicanalítica da doença, o *perseguidor* deveria ser do mesmo sexo. Tal previsão seria possível, pois, o amor homossexual reprimido apareceria à consciência como o seu oposto – em vez de *eu o(a) amo*, *eu o(a) odeio* e/ou *ele(ela) me persegue*. O caso, descrito de uma forma brilhantemente sucinta por Freud, é esclarecido por este uma vez que surge uma figura feminina, na segunda entrevista que tem com a paciente que se revela, segundo a interpretação freudiana, como a verdadeira *perseguidora*. Tratar-se-ia de um final feliz. Para Freud, estaria salva a teoria psicanalítica da paranoia e, para Grünbaum, estaria demonstrada a possibilidade de refutação da psicanálise que, ao contrário do que afirmava Popper, prevê situações em que a teoria poderia ser refutada, além de apresentar-se como uma teoria baseada em nexos causais necessários, contrariando a posição dos hermeneutas. Entretanto, julgamos que um exame mais cuidadoso de toda a situação pode levar mais a dúvidas do que a confirmações, neste ou naquele sentido.

Grünbaum retira importantes implicações para a sua tese deste exemplo, resumindo-as no seguinte trecho:

Daí, este exemplo tem uma ampla e importante moral: sempre que indicadores empíricos possam garantir a *ausência* de um determinado fator patogênico teórico P, assim como um diagnóstico diferencial pela *presença* de uma determinada neurose teórica N, então uma hipótese etiológica de uma forte forma ‘P é causalmente necessária para N’ é clara e empiricamente falseável. Seria falseável para qualquer vítima de N que não tivesse sido sujeita a P. Pois, a hipótese *prediz* que qualquer um que não esteja assim sujeito (ao fator P) será poupado dos tormentos de N, uma predição que tem uma implicação profilática significativa. Da mesma forma, a hipótese *retrocede* que qualquer caso de N foi também um caso de P. Daí, se há indicadores empíricos para a presença de P,

então esta retrocedência pode ser empiricamente instanciada por uma pessoa que exemplifica tanto N quanto P. (p.109).

Mesmo reconhecendo as ressalvas que Freud faz, no trabalho estudado, quanto ao papel do fator patogênico – amor homossexual reprimido – no desenvolvimento da paranóia, insiste Grünbaum que é tal situação paradigmática da refutabilidade da teoria psicanalítica, ao contrário do que postulava Popper. Vai mais longe: “... se a homossexualidade reprimida é realmente um fator etiológico específico na paranóia, então o declínio do tabu que cerca a homossexualidade em nossa sociedade deveria ser acompanhado por decréscimo de incidência de paranóia masculina.” (p. 111) No mesmo local, pouco adiante, faz também suas ressalvas, quanto ao teste que propõe, acrescentando a cláusula *ceteris paribus*, ou seja, não havendo outros elementos propiciadores da enfermidade operando. Não considera, porém, que tal restrição seja significativa, tal o caráter de *conditio sine qua non* (sic) do fator patogênico.

Acrescenta, sempre citando a obra de Freud, vários outros momentos em que Freud coloca sua teoria em posição suscetível de teste empírico, que é o tema de toda essa seção de seu livro (p. 97-126). Seu diálogo é com Popper, chegando inclusive a criticar a inconsistência do caso imaginado em *Conjecturas e Refutações* – o da criança sendo afogada ou salva por alguém (para ambas as situações a psicanálise teria explicações) – mostrando sua fragilidade epistemológica. Tudo isso o leva a formular uma das teses centrais de seu livro:

É uma tese central deste ensaio que o método clínico psicanalítico e as inferências causais (etiológicas) baseadas nele são fundamentalmente falhos, sob o ponto de vista epistemológico, por razões outras que não a sua não-falseabilidade (p.124).

Antes de entrarmos nas *outras razões* de Grünbaum, julgamos conveniente examinar a situação que toma como modelo para demonstrar a falseabilidade da teoria psicanalítica, a fim de não acumularmos tantas questões como as que surgirão quando de nossa avaliação da proposta epistemológica da tradição popperiana.

Vamos listar concordâncias, discordâncias e, sobretudo, questionamentos acerca de pontos que achamos indecidíveis:

A - Concordamos com Grünbaum que a teoria psicanalítica, tal como foi formulada por Freud, se propõe a ser testada nos moldes tradicionais, ou seja: por indução e por refutação, de forma categórica. Considerar o método freudiano como *indutivismo hipotético-dedutivo*, tudo indica corresponder a uma posição *peçoal* de Freud. Isto não impede que ela seja tratada de outros ângulos e que o próprio Freud tenha utilizado, por exemplo, o método de conjecturas e refutações. Um bom exemplo deste último procedimento é o famoso *Caso Schreber*, onde Freud – após a exposição do livro de memórias de Schreber – conjectura interpretações, à luz da psicanálise, do relato de Schreber e *salta* para uma teoria explicativa da paranóia. Neste exemplo, a indução não desempenhou papel algum e temos uma teoria, que se não se oferece a teste, se oferece à análise crítica.

B - Por outro lado, discordamos de Grünbaum no que diz respeito ao seu entendimento da teoria psicanalítica da paranóia. No texto que é tomado como modelo há comentários de Freud que podem esclarecer-nos quanto à complexidade do fenômeno e a impossibilidade de reduzi-lo tão simplesmente ao esquema: P (fator patogênico: amor homossexual reprimido) → N (paranóia). Vejamos o que diz Freud:

... A literatura psicanalítica já havia colocado o ponto de vista de que pacientes sofrendo de paranóia estão em luta contra a intensificação de suas tendências homossexuais – um fato indicativo de uma escolha de objeto narcísica. E mais uma outra interpretação havia sido feita: que o perseguidor é no fundo alguém a quem ama ou amou no passado. [nota de rodapé do editor: Ver Parte III da análise de Freud de Schereber (1911c)] Uma síntese das duas proposições conduziria-nos à necessária conclusão que o perseguidor deveria ser do mesmo sexo da pessoa perseguida. Nós não mantínhamos, é verdade, como sem exceção e universalmente válida a tese que a paranóia é determinada pela homossexualidade; mas isto era somente porque nossas observações não eram suficientemente numerosas; a tese era uma daquelas que em vista de certas considerações somente se torna importante quando pode reivindicar aplicação universal. Na literatura psiquiátrica não há certamente falta de casos em que o paciente se imagina perseguido por uma pessoa do sexo oposto. Contudo, uma coisa é ler tais casos, e outra completamente diferente é vir a ter contato pessoal com um desses pacientes. Minha própria observação e análises, assim como aquelas de amigos tinham até então confirmado a relação entre paranóia e homossexualidade sem qualquer dificuldade (p. 265).

Esta citação, tão na linha da compreensão de Grünbaum, precisa ser vista à luz da seguinte, duas páginas após:

O perseguidor *original* (itálico de Freud) – a agência de cuja influência o paciente deseja escapar – é aqui, mais uma vez, não um homem mas uma mulher. A chefe sabia acerca do caso amoroso da jovem, desaprovava-o, e mostrava sua desaprovação através de misteriosos indícios. A fixação da paciente a seu próprio sexo opunha-se a suas tentativas de adotar uma pessoa do outro sexo como um objeto amoroso. Seu amor por sua mãe tinha se tornado o porta-voz de todas aquelas tendências que, representando a parte de uma ‘consciência’, procuram deter um primeiro passo da jovem no sentido do novo caminho para a satisfação sexual normal – em muitos aspectos um caminho perigoso; e realmente ela (‘consciência’) foi bem sucedida em perturbar a relação da jovem com os homens (p. 267).

Quando Freud fala de escolha objetal narcísica, refere-se a uma forma de eleição do objeto ao qual a libido vai dirigir-se que, de alguma forma, representa o próprio paciente – como ele é, como ele foi ou como ele gostaria de ser. Não se trataria necessariamente de uma ligação homossexual (no sentido coloquial da expressão), o que importa é o caráter indicativo de uma regressão ao narcisismo, noção que Freud desenvolveu após formular sua teoria acerca da paranóia. A rigor, em seu estudo de um caso de paranóia, o já mencionado *Caso Schreber*, em 1911, já surge o embrião do conceito que vai ser desenvolvido em 1914 (*Uma Introdução ao Narcisismo*). Importante frisar a noção de *conflito mental* que a citação acima evidencia. Tal conflito ocorre na intimidade do indivíduo, inconscientemente, e *independe de fatores externos, como os tabus sociais*. De nada adiantaria, no caso estudado, que houvesse uma aceitação social de suas tendências homossexuais, pois, quem não as aceitava era a própria paciente! Isto, por um lado, invalidaria a proposta de teste feita por Grünbaum e reforçaria a suposição de Popper, quanto a não-testabilidade da teoria psicanalítica. Este é um dos motivos de termos anteriormente sugerido a análise situacional como melhor método de avaliação da teoria psicanalítica, dentro dos parâmetros popperianos.

C – O comentário anterior nos leva a algumas considerações sobre a proposta epistemológica de Grünbaum que parece instanciar o que Lakatos denominou de “falseacionismo dogmático”. Sua tentativa de isolar uma hipótese para testar toda a teoria mostra-se inviável. Apesar de adiante retomarmos este ponto, gostaríamos de fazer alguns comentários sobre a paranóia que é um quadro mental muito propício à discussão dos limites da razão, do uso de padrões de racionalidade e temas afins que interessam à pesquisa da qual esta tese faz parte.

D - Restringindo-nos ao campo da psicanálise e, em particular, às formulações de Freud, concordamos com Laplanche e Pontalis (1970) no sentido de que ele usa o termo – paranóia - tal como a tradição kraepeliniana. Ou seja: paranóia seria um delírio sistematizado que se organizaria numa personalidade que permanece conservada, não apresentando portanto deterioração (por exemplo: uma pseudo-demência, como ocorre no caso das esquizofrenias), assim como distúrbios da senso-percepção (alucinações). Por este motivo, os verdadeiros casos de paranóia são de difícil diagnóstico e, raramente, são encontrados em pacientes que procuram tratamento, psiquiátrico ou psicanalítico. Em geral, vamos encontrar paranóicos no fórum (eternos reivindicadores de heranças, de indenizações, ou outras questões sempre obscuras, quanto a seus fundamentos), nos movimentos místicos, políticos, ou, em casos policiais (principalmente, em crimes passionais, por delírio de ciúmes). Lembremos que o caso a que Grünbaum se refere, é um caso em que Freud foi chamado a entrevistar a cliente de um advogado. Não se tratava de alguém que procurou tratamento, devido a um sofrimento mental, mas uma jovem que desejava resguardar sua honra, através da justiça. Julgamos oportuno este breve registro por considerar que qualquer que seja a teoria – psicanalítica ou psiquiátrica – que se proponha a dar conta do fenômeno da paranóia será de problemática testabilidade empírica, devendo explicitar o contexto em que o problema surge e os padrões de racionalidade em jogo.

Grünbaum continua sua crítica filosófica aos fundamentos da psicanálise, examinando a validade da investigação clínica proposta por Freud e a teoria da repressão. Discutiremos estes dois pontos de forma um tanto sucinta, uma vez que como já dissemos mereceriam uma resposta tão extensa quanto o trabalho do autor, que é bastante minucioso. Nosso interesse, contudo, é mais geral: explicitar a racionalidade de sua crítica, no âmbito da tradição popperiana.

O Argumento de Correspondência (“Tally Argument”) – Esta é uma expressão criada por Grünbaum, a partir de sua leitura de Freud, para caracterizar os pressupostos de Freud para validar epistemologicamente o método psicanalítico de investigação clínica. Tais pressupostos seriam:

A – Negação de contaminação epistêmica irremediável dos dados clínicos, pela sugestão.

B – Distinção fundamental entre o tratamento psicanalítico e as terapias rivais que trabalham essencialmente por sugestão.

C – Afirmação da validade dos principais fundamentos do método psicanalítico – como a etiologia específica sexual das diversas psiconeuroses – por métodos retrospectivos, ou seja, reconstituições das origens da enfermidade.

D – Possibilidade de garantia, independente de controle estatístico, de resultados favoráveis da intervenção psicanalítica, assim como de comparação com grupos de controle não tratados psicanaliticamente.

E – Reconhecimento de que o paciente, uma vez livre de conflitos reprimidos, está credenciado a dar informações fidedignas por auto-observação introspectiva acerca de suas motivações.

Grünbaum vai procurar demonstrar que tais pressupostos são falhos, fundamentalmente, pelo papel decisivo da sugestão. Admite que Freud está atento a tal objeção, quando afirma: “Afinal, seus conflitos (do paciente) somente serão satisfatoriamente resolvidos e suas resistências superadas se as idéias antecipatórias que lhe são dadas correspondam com o que é real nele. Tudo aquilo que nas conjecturas do médico é inadequado desaparece no curso da análise ... deve ser retirado e substituído por algo mais correto.” (Freud, S.E. 1917, 16: 452) (grifo nosso).

É a partir dessa citação que surge a idéia de “argumento de correspondência”, pois, a mera sugestão não daria conta da remissão do quadro patológico, o qual teria suas raízes na atividade inconsciente. Precisa haver uma “correspondência”, entre a interpretação e o real conflito inconsciente. Grünbaum vai tirar daí também outras exigências epistemológicas, como a que chamou:

Tese da Condição Necessária (NCT – Necessary Condition Thesis) – Acredita Grünbaum, a partir principalmente das leituras de duas conferências de Freud (“Sobre a Transferência” e “A Terapia Analítica”, in S.E. XVI), poder afirmar que segundo Freud:

- 1) somente o método psicanalítico de interpretação e tratamento pode permitir ou mediar ao paciente o insight correto dos fatores patogênicos inconscientes de sua psicose;
- 2) o correto insight da etiologia de seu sofrimento e da dinâmica inconsciente de seu caráter é, por sua vez, *causalmente necessário* para a conquista terapêutica de sua neurose. Eu me referirei à conjunção destas duas reivindicações freudianas com sua “Tese da Condição Necessária” ou, por brevidade, ‘NCT’ (p. 140).

Julga Grünbaum que Freud, com o correr de sua obra, abandonou estes princípios epistemológicos (“Tese da Condição Necessária”), tornando seu projeto muito frágil em relação a outras terapias e mesmo à remissão espontânea de sintomas. As críticas se dirigem a dois pontos: subestimação do papel da sugestão na terapia analítica e aceitação da substituição de sintomas. Tal substituição, ou mesmo manutenção de sintomas (como resquícios de repressões), comprometeria as exigências epistemológicas de validação da teoria e técnica psicanalíticas, propostas pelo próprio Freud.

Grünbaum dedica toda a segunda parte de seu livro a questionar a teoria da repressão, uma vez que para Freud: “A teoria da repressão é a pedra fundamental em que repousa toda a estrutura da psicanálise. É a sua parte mais essencial.” (Freud, S.E. 1914, XIV:16) Segundo tal teoria, conteúdos ideativos não aceitos pelo ego consciente, seriam recalçados para o inconsciente, ou, a rigor, não alcançariam a consciência, permanecendo inconscientes, enquanto os afetos a eles ligados se manifestariam de formas variadas: ligar-se-iam aos sintomas, somáticos (como no caso das histerias), ou, a outras idéias muito afastadas das originais recalçadas (como no caso das obsessões). Deste modo, os sintomas satisfariam de alguma forma a necessidade de expressão daquilo que foi recalçado. Tal mecanismo estaria na base também dos sonhos (cujos conteúdos de que temos lembrança – conteúdo manifesto – representam de forma quase que alegórica, conteúdos, ou desejos, a que não podemos ter acesso direto – o conteúdo latente), nos lapsos de linguagem ou nos atos falhos.

Como Freud propõe que a “associação livre” – o falar livremente do analisando, sem preocupação de articulação consciente de temas ou restrições de qualquer ordem – a interpretação dos sonhos, dos lapsos de linguagem e das parapraxias seriam o meio, por excelência, de atingirmos os tais conteúdos inconscientes, vai Grünbaum questionar a validade de tal metodologia. Não

acredita encontrar nexos causais no processo de associação de idéias, o qual além de estar contaminado pela sugestão do analista, inclusive a oriunda das interpretações (que propiciariam certa linha de associação), incidiria no erro lógico do *post hoc ergo propter hoc* (depois disso, logo por causa disso), da confusão do antecedente com causa. Considera Grünbaum que as teorias rivais – como as de base psicolinguísticas – ofereceriam explicações melhores para os lapsos, prescindindo das obscuras noções de conteúdos inconscientes.

Uma vez que foge aos interesses desta tese discutir especificamente o exame de Grünbaum, mas tomá-lo como um modelo de teoria epistemológica – dentro da tradição popperiana, embora com ela muitas vezes conflitante – que refuta a teoria psicanalítica, pensamos poder encerrar a apresentação de suas críticas, acrescentando apenas os comentários que faz sobre as teorias pós-freudianas da psicanálise. A rigor, Grünbaum não as examina, pois considera que:

[...] uma vez que estas teorias neo-revisionistas pós-freudianas são, em realidade, psicanalíticas, elas abraçam alguma versão etiológica da teoria da repressão. Mais ainda, elas se baseiam epistemicamente na livre associação para a investigação clínica por fatores patogênicos propostos e outros determinantes inconscientes do comportamento, e a suspensão das repressões como um meio de efetuar a terapia ... minha crítica epistêmica das hipóteses originais de Freud aplica-se com igual força às bases etiológicas, desenvolvimentistas e terapêuticas destes sucessores (p.246-7).

Grünbaum reitera tal posição em outros textos (1983), o que nos parece devido a duas ordens de fatores: o restrito contato que teve com a teoria de relações de objeto, principalmente a chamada “escola inglesa” (Melanie Klein, Money-Kyrle, W.R.Bion, por exemplo), e o *caráter fortemente prescritivo* de sua proposta epistemológica, que o impede de observar outras possibilidades de racionalidade e, sobretudo, *como realmente os cientistas trabalham*. Lembremos neste último caso os questionamentos de Lakatos e Feyerabend a Popper.

Melvin Lansky (1997)²¹ faz uma esclarecedora síntese sobre a “crise filosófica da psicanálise” produzida a partir das contribuições de Melanie

²¹ Melvin Lansky é professor de psiquiatria (UCLA Medical School), psicanalista (Los Angeles Psychoanalytic Society) e tem formação filosófica (Doutorado em Berkeley, CA). Desenvolve há vários anos um trabalho, através de grupos de estudo e cursos com psicanalistas de formação semelhante, de investigação das relações psicanálise e filosofia.

Klein (teoria das relações de objeto).²² Estas contribuições, embora se mantenham dentro do paradigma freudiano, levantam novas questões para a epistemologia da psicanálise, tais como: as origens das fantasias inconscientes, o processo de formação de símbolos, o papel da experiência, entre outras, que vêm ao encontro de questões da tradição filosófica. Considera Lansky que esses temas, no entanto, não foram tratados filosoficamente por Melanie Klein, mas por alguns de seus seguidores, como Money Kyrle (a partir de uma perspectiva humeana) e, em especial, por W. R. Bion (com forte influência kantiana). Como voltaremos a este ponto no decorrer da tese, especialmente quando discutirmos a avaliação de Marcia Cavell, deixamos apenas o registro no sentido de assinalar a equivocada apreciação de Grünbaum dos desenvolvimentos da teoria psicanalítica.

2.3

A avaliação de Klimovsky

Gregorio Klimovsky, epistemólogo argentino, matemático de formação, acerca de trinta anos vem participando de um grupo de estudos, com psicanalistas de vasta experiência e respeitabilidade, sobre epistemologia e psicanálise. Klimovsky se dedica à história da filosofia da ciência, tendo publicado: *Las Desventuras del Conocimiento Científico – Una introducción a la epistemología* (Buenos Aires: A-Z editora, 1994) e, mais recentemente, em colaboração com Cecilia Hidalgo, antropóloga que trabalha em epistemologia das ciências sociais, *La Inexplicable Sociedad – Cuestiones de epistemología de las ciencias sociales* (Buenos Aires: A-Z editora, 1998). Ambos os livros são de orientação popperiana. Contudo, é em seu ensaio “Aspectos Epistemológicos da Interpretação Psicanalítica” (in, *Fundamentos da Técnica*

²² A *Teoria das Relações de Objeto* foi inicialmente formulada na Inglaterra, por Fairbairn e Melanie Klein, com características diferentes, assim como quando adotada por outras correntes psicanalíticas. Tal teoria privilegia, para a compreensão psicanalítica dos conflitos mentais, as relações inconscientes que o paciente mantém com suas figuras internas significativas – mãe, pai, irmãos, ou com *objetos parciais*: seio, pênis, mãe-bona (gratificadora), mãe-má (frustradora), etc. – que constituiriam o *mundo interno* do paciente. As correntes que utilizam, fundamentalmente, as relações de objeto para a compreensão clínica e mesmo para o entendimento da estruturação mental, dão relevo às últimas formulações de Freud, em que divide o psiquismo em: ego, id e super-ego.

Psicanalítica, cap. 34, de Horácio Etchegoyen), que vai expor mais detalhadamente sua proposta epistemológica para a psicanálise:

[...] cremos que a psicanálise é mais exatamente uma teoria modelística: proporciona um modelo de funcionamento do aparato psíquico do qual se desprendem certas conseqüências sobre a conduta manifesta dos seres humanos e, em particular, dos pacientes. Nesse sentido, parece que em psicanálise é mais freqüente, ainda que não obrigatório, que operem leis do tipo que estamos agora estudando; se ocorre internamente algo do tipo B, é que se vai observar algo do tipo A. Na classe de casos que nos está preocupando, portanto, interpretar será propor uma hipótese e ver como dela sai, dedutivamente, com o auxílio de leis, o que queríamos explicar (op. cit., p. 275).

Julgamos que uma melhor compreensão da proposta de Klimovsky, exige que esclareçamos sua posição mais ampla em relação à epistemologia e aos problemas que se colocam à filosofia da ciência, dentro da tradição anglo-saxã a que nos restringimos. Klimovsky defende a adoção do *método hipotético-dedutivo em sua versão complexa* – esta é a terminologia que emprega – quer para as ciências naturais, quer para as humanas. Em sua obra maior (Klimovsky, 1994), a psicanálise é freqüentemente citada como um dos empreendimentos científicos que levanta questões ao emprego do *método hipotético-dedutivo em sua versão simples*. Tal distinção corresponde, em grande parte, a que Lakatos faz entre o falseacionismo dogmático ou ingênuo (método hipotético-dedutivo em sua versão simples) e o falseacionismo sofisticado (método hipotético-dedutivo em sua versão complexa), o qual seria “uma espécie de desenvolvimento natural do pensamento popperiano.” (Klimovsky, 1994: 217) Embora Klimovsky encampe tal posição de Lakatos, não se identifica necessariamente com o restante da proposta lakatosiana, mantendo-se mais fiel à linha de pensamento de Popper.

As razões que levaram Klimovsky a postular uma nova versão para o método hipotético-dedutivo são semelhantes às de Lakatos e prendem-se às insuperáveis dificuldades que cercam as experiências cruciais. Estas são examinadas em detalhes, tanto no plano teórico como através da discussão de exemplos históricos.

Do ponto de vista teórico, o esquema abaixo mostra a complexidade do problema e a conseqüente questionabilidade da refutação dogmática (ingênuo ou naturalista, na terminologia de Lakatos):

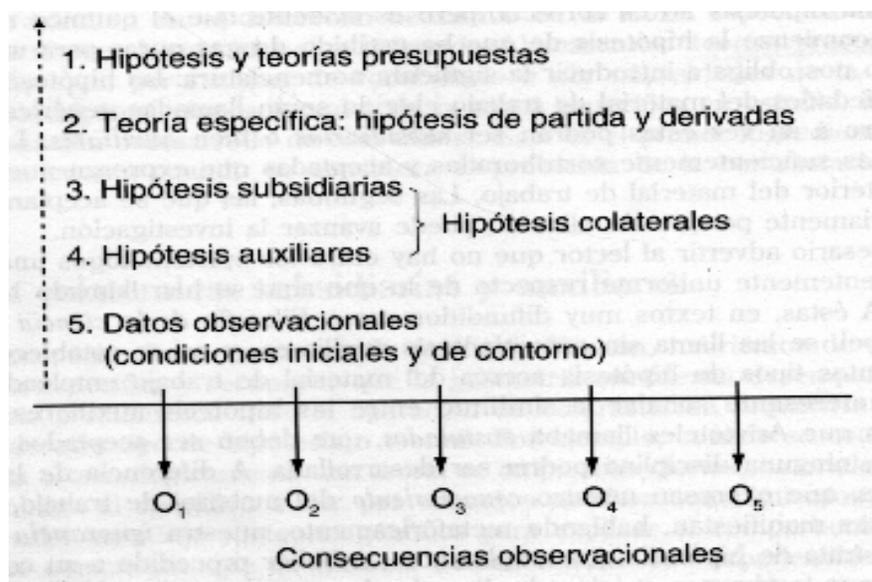


Figura 1 - Esquema de Klimovsky de tipos de hipóteses, dados e conseqüências observacionais

Hipóteses e Teorias Pressupostas – Constituem o marco teórico que envolve a *Teoria Específica* que está sendo testada. Nesta última surgem sempre termos que provêm de outras teorias dadas como aceitas. Exemplifica, mostrando que uma teoria química que fale de ‘átomos’ e ‘valências’, não poderá deixar de utilizar termos como ‘massa’ e ‘força’ que provêm da mecânica newtoniana. Esta, por sua vez, emprega noções geométricas baseadas na geometria euclidiana. Estaríamos, assim, sempre pressupondo várias teorias, prévias à específica.

Hipóteses Colaterais – Abarcaria as hipóteses vinculadas ao material de trabalho escolhido para o teste. Compreenderiam as já suficientemente corroboradas e aceitas (*Hipóteses Subsidiárias*) e as que aceitamos provisória e transitoriamente a fim de que a investigação possa ser realizada (*Hipóteses Auxiliares*). Klimovsky chama a atenção para esta distinção – entre as hipóteses subsidiárias e as auxiliares – uma vez que nem sempre os epistemólogos (como Hempel, in *Filosofia da Ciência Natural*) o fazem, tornando-as inquestionáveis. Contudo, lembra que as *Hipóteses Subsidiárias* apontam para o nosso *conhecimento* do material empregado, enquanto as *Hipóteses Auxiliares* revelam nossa *ignorância* do mesmo, não tendo sido, previamente, contrastadas com outras.

Dados Observacionais – Seriam as “condições iniciais, as condições de contorno e outros enunciados singulares de primeiro nível que informam acerca da base empírica e, portanto, do contexto particular no qual se organiza a investigação.” (p. 213)

Conseqüências Observacionais – Seriam os dados observacionais que poderiam ser deduzidos de todas as hipóteses acima listadas, incluindo as que constituem a *Teoria Específica*, além dos *Dados Observacionais*. A verdade ou falsidade das *Conseqüências Observacionais* determinaria, no falseacionismo ingênuo, a corroboração ou refutação da *Teoria Específica*; por outro lado, como o esquema abaixo mostra, tal afirmação está muito distante das reais possibilidades da investigação que, para os defensores do *holismo*, o que estaria em jogo seria todo, ou, pelo menos, uma boa parte do conhecimento humano.

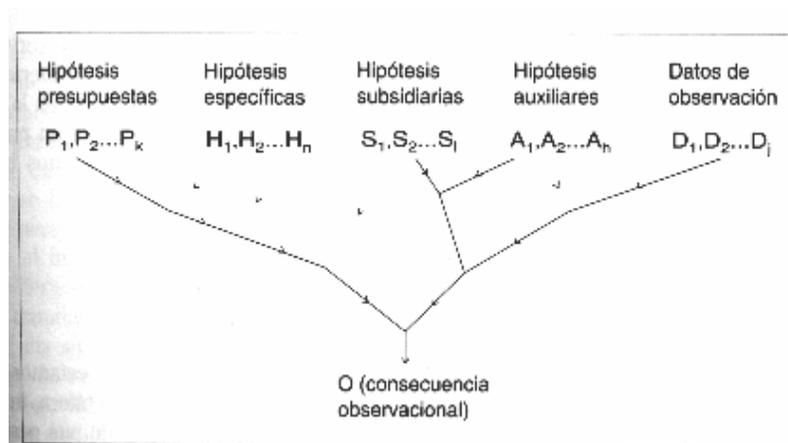


Figura 2 - Esquema de Klimovsky quanto ao teste de teorias

Klimovsky apresenta exemplos históricos em que o enunciado observacional era, em realidade, falso ou não pertinente.²³ Entretanto, julgamos mais significativa a discussão que o autor faz do caráter hipotético dos enunciados de primeiro nível, quando afirma ser esta também a posição de Popper. Isto o leva a dizer que:

²³ Dentre os exemplos citados – A experiência de Michelson, Os canais de Marte e a Água contaminada – o último é o mais simples e impactante: Koch apresentou na Academia de Medicina da Prússia material com cultivo de bacilos de cólera. Durante sua exposição, o Dr. Pepperkorn, um ardoroso opositor a tudo que dizia respeito a microrganismos, arrebatou o tubo de ensaio e o ingeriu. Nada lhe ocorreu e várias hipóteses foram formuladas, desde seus estranhos hábitos alimentares que poderiam tê-lo vacinado contra o cólera.

Se o que estamos dizendo é certo, toda afirmação acerca da base empírica tem natureza hipotética e é, portanto, revisável ... Se isto é assim, o que resta da ambição da ciência de dispor de uma série de conhecimentos indiscutíveis a partir dos quais se possam contrastar hipóteses e teorias ? Desde o ponto de vista filosófico, a resposta é que tal conhecimento indiscutível não existe (p.223).

Entretanto, Klimovsky ao mesmo tempo que concorda com o falibilismo popperiano sustenta, na mesma linha de Popper, o aspecto racional, objetivo e progressista do empreendimento científico. Isto fica explicitado no epílogo de sua obra, o qual denomina: “A ciência no banco dos réus”, quando diz:

Admitimos, portanto, sem disfarces, que perante à posição cética de certos pensadores ‘inovadores’ ... que preferimos sustentar a tese ‘reacionária’ daqueles que pensam que na história da ciência se observa uma marcha zigzagueante porém progressiva em direção a resultados cognoscitivos e práticos cada vez mais confiáveis, de importância crucial para a compreensão da realidade natural, humana e social, e também para a formulação de estratégias destinadas a atuar sobre ela em benefício de nossa espécie. ... a experiência não é arbitrária: permite-nos adotar uma base empírica, que logo se verá se é adequada, ou, não (p. 399).

Klimovsky radica a racionalidade científica em sua metodologia, na medida em que considera que esta garante a objetividade científica. Neste sentido, valoriza a experiência e o papel da observação, por razões metodológicas.

Uma vez feita esta breve resenha da posição epistemológica esposada por Gregório Klimovsky, pensamos poder apresentar com maior clareza sua específica discussão sobre a teoria psicanalítica para, em seguida, contrastá-la com a de Grünbaum.

Como já foi mencionado, é no exame dos fundamentos epistemológicos da interpretação psicanalítica que vamos encontrar sua avaliação da psicanálise. Registra a pequena ocorrência do termo “interpretação” na obra de Freud, em que pese sua obra mais famosa ser *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, S.E. IV e V), mas aí “‘interpretação’ quer dizer algo assim como uma chave explicativa do que está ocorrendo na psique ou na conduta do sujeito e não outra coisa.” (p. 269) Entretanto, interpretação vai aparecer com vários outros sentidos, que vai agrupar segundo os seguintes aspectos:

- Epistemológico: “... e se relaciona com o tipo de conhecimento que a interpretação oferece. Uma interpretação é uma espécie de teoria em miniatura a respeito do que há por trás de um fenômeno manifesto.

Desse modo, interpretar implica produzir um modelo ou uma hipótese de modo semelhante ao que faria um físico, quando quer destacar o que há por trás de um efeito. A isso poderíamos chamar de a vertente gnoseológica da interpretação, que coloca problemas epistemológicos típicos” (p.270).

- Semântico: “... tem a ver com significações. O que aqui se faz é algo parecido com a captação de significados que o material ao qual a interpretação se refere está oferecendo. Aqui o trabalho se parece ao de um lingüista ou de um semiótico, e é de uma ordem diferente da gnoseológica, apesar de que não se pode deixar de reconhecer que há aspectos comuns” (p. 270).

- Instrumental: “...é, talvez, em certo sentido, terapêutico, onde a interpretação psicanalítica é uma ação: o que interpreta está fazendo algo com o fim de produzir uma modificação ou um determinado efeito no paciente” (p. 270).

Klimovsky vai deter-se, fundamentalmente, no aspecto epistemológico. Distingue o material observável do não-observável. No caso da psicanálise, o *material manifesto* seria o empírico, o observável; o discurso, a conduta do paciente, por exemplo. O material não-observável corresponderia ao *material latente*, inconsciente. Este *material latente* da psicanálise corresponderia ao que, na epistemologia anglo-saxônica, se denomina “objetos teóricos”: aqueles que se conjecturam com auxílio da teoria, mas que não são diretamente observáveis. Na medida em que o inconsciente é o “objeto teórico”, por excelência, da psicanálise, a questão para o psicanalista é a de sustentar o que disser a respeito do inconsciente. Se chamarmos *A* o material observável (manifesto) e *B*, o inobservável (latente), a interpretação é o que vincula *A* com *B*.

O autor distingue dois tipos básicos de interpretação: a *interpretação-leitura* e a *interpretação-explicação*.

No caso da *interpretação-leitura*, *A* é condição suficiente para *B*, enquanto *B* é condição necessária para *A*. Dá um exemplo, que considera ingênuo mas esclarecedor, baseado nas teorias de Freud sobre a inibição que o superego exerceria sobre o ego:

Na realidade, do ponto de vista epistemológico, o superego e a ação inibitória não são material manifesto, material empírico. Para uma fundamentação epistemológica da psicanálise, o superego não é dado, sim o fato que se deixou de fazer uma ação que a situação favorecia e que havia interesse manifesto por parte do agente em fazê-la: está o rapaz, está a moça nas circunstâncias apropriadas, ela desejosa e com o maior beneplácito, ele gosta da moça, mas sem saber o que ocorreu, de imediato ele toma um livro e se põe a ler. Esses são os dados, não o superego e sua ação inibitória (p. 272).

O exemplo pode, de fato, ser ingênuo mas o registramos uma vez que o autor não o vê muito diferente de quando um biólogo olha por um microscópio e vê uma célula. Um leigo, sem acesso á teoria psicanalítica, veria simplesmente a conduta acima descrita, como intrigante, incompreensível. Contudo, este não é o caso típico da interpretação psicanalítica, mas sim a *interpretação-explicação*.

No caso da *interpretação-explicação* a relação entre *A* e *B* é de condição necessária; sendo por outro lado *B* (material latente) condição suficiente para *A* (material manifesto). O autor dá um exemplo, no qual poderiam ocorrer outras causas (como *C*, no material latente) para o surgimento de *A*. Contudo, o psicanalista pode insistir em que seja somente *B*, por considerar que este constitui um modelo mais adequado para a situação a ser interpretada. “Quando faz isso, o psicanalista não leu o material latente, o que realmente fez foi formular uma hipótese; a hipótese, muito útil, de supor que o material latente é assim.” (p. 274) Neste sentido é que Klimovsky considera a psicanálise uma teoria modelística. O psicanalista estaria sempre escolhendo modelos explicativos para formular sua interpretação e testando tais modelos que funcionam como hipóteses.

Klimovsky faz referência também a um tipo misto: *interpretação-explicação-leitura*. Seriam aquelas em que a relação *A* e *B* constituiria uma conexão necessária e suficiente. Dá como exemplo as manifestações de narcisismo (Freud, S.E. XIV):

Por exemplo, arma-se de leitura (utiliza Freud), quando vê um indivíduo muito interessado em si mesmo, com grande superestima e preocupação por si mesmo, ele entende que a libido deve estar investindo o ego: a libido desse homem está posta em seu ego, porque esse homem se está superestimando. Essa é a parte de leitura: vendo o que o sujeito está fazendo, damo-nos conta onde está a libido.

Em algumas circunstâncias, sobretudo em relação à conduta narcisística, é o contrário: se supomos que a libido é narcisista, poderemos deduzir que esse indivíduo tende a superestimar-se. Estaríamos explicando sua conduta (p. 276).

Sob o ponto de vista epistemológico, julgamos que a que mais nos interessa é a *interpretação-explicação*, por ser a melhor candidata a testes. A este respeito duas objeções podem ser levantadas: a questão das *hipóteses autopreditivas* (“profecias autocumpridas” ou “hipóteses suicidas”) e o *problema da sugestão*. Klimovsky reconhece serem dificuldades comuns nas ciências sociais, também. Entretanto, não as julga insuperáveis.

Quanto à crítica a um possível aspecto autopreditivo, que seria inerente às interpretações psicanalíticas (Nagel), o autor busca no próprio exemplo que Nagel utiliza em seu livro – *A Estrutura da Ciência* – a superação do obstáculo epistemológico. O exemplo a que se refere, baseado num fato real, é o da notícia divulgada por um periódico novaiorquino das dificuldades financeiras de um banco e sua provável falência. A própria notícia provocou uma corrida dos depositantes ao banco e sua conseqüente falência. Klimovsky vai criticar tal exemplo em três pontos: a) A hipótese da insolvência do banco não foi na realidade contrastada, pois, a divulgação da notícia, em realidade, testou outra lei: a do efeito da propagação de rumores; b) Qualquer hipótese científica só pode ser testada em ausência de perturbações que não permitam a regência da lei científica a que se liga. A rigor, a hipótese não foi sequer testada; c) No caso da interpretação psicanalítica, este obstáculo pode ser evitado, simplesmente, pela não formulação da interpretação. A interpretação pode ser retida pelo analista que observaria a reação do paciente, testando sua hipótese “in pectore”, por meio de uma conduta futura.

No que tange ao fenômeno da sugestão, lembra os comentários de Freud em *Construções em Psicanálise* (Freud, S.E. XXIII), onde insiste em que o sim e o não do paciente, em resposta a uma interpretação, não podem ser confundidos com corroboração e refutação. Não acredita, Klimovsky, tratar-se de um problema insuperável, lembrando que a *conduta adaptativa* do paciente é bastante estreita, limitando-se ao material verbal manifesto, havendo muitos outros canais de comunicação com o paciente – verbais e não-verbais, conduísticos – capazes de fornecer elementos de avaliação. Lembra também a proposta de Wisdom (1976). Esta, em resumo, consistiria em testar a interpretação a partir do tipo de defesa que o paciente utiliza, ou seja: “a defesa (com que o paciente reagiria à interpretação) deve ser abordada com a mesma teoria com que se formulou a primeira hipótese interpretativa, de modo

que o analista não poderia utilizar o material associativo (e defensivo) para formular uma interpretação alheia à teoria que originou a primeira” (p. 278).

Os aspectos semânticos e instrumentais da interpretação são tratados de forma rápida. Contudo, há certos comentários de Klimovsky que merecem ser registrados por dizerem respeito diretamente ao nosso tema. Referimo-nos, em especial, ao desenvolvimento que faz do comentário de Freud quanto aos efeitos de pequena monta que uma interpretação equivocada acarreta, em contraposição ao tipo de mudança ou reação que produz a interpretação acertada. Vê aí o autor os limites da ideologia do paciente – “uso a palavra ‘ideologia’ em um sentido metafórico e geral, como tudo que o paciente crê ... assim como suas defesas e suas sugestionabilidades” (p. 281) – chamando a atenção dos epistemólogos para a importância deste ponto. Resume como vê a questão epistemológica da teoria psicanalítica, tomada a partir da interpretação, no que se segue:

Creemos que o que foi dito basta para mostrar as três zonas em que se move a epistemologia da psicanálise: o problema da teoria (explicação e leitura), o problema da ação racional (com a teoria que a respalda) e o imenso problema de como notamos a qualidade simbólica (convencional ou natural) que leva do material manifesto ao latente. Esses são os três problemas típicos, mas de distinta ordem, com os quais se vê o epistemólogo frente a essa espinhosa questão (p. 281).

Há ainda duas questões que Klimovsky registra: a) Não vê maior diferença, exceto no método, da teoria psicanalítica para outras teorias científicas, uma vez que a seu ver muitas utilizam modelos teóricos que se oferecem a testes; b) Indaga se não haverá algo “... no modo psicanalítico de pensar que influa na própria visão que o epistemólogo tem da marcha da ciência?” (p. 282) Considera que da mesma forma que a física e a matemática deram contribuições à epistemologia, o mesmo poderia ocorrer com a psicanálise. Cita os psicanalistas ingleses: Money-Kyrle (de orientação humeana) e W. R. Bion (de orientação kantiana) como autores que tentaram avançar neste caminho.

Seguindo a sistemática que propomos, caberia agora examinar criticamente a proposta de Klimovsky. Entretanto, julgamos mais útil fazê-lo, contrastando-a com a de Grünbaum, principalmente, porque muitas das restrições que teríamos a fazer prendem-se mais à própria epistemologia (ou

tradição) popperiana, o que será objeto da próxima seção. Reconhecemos, no entanto, que Klimovsky supera o marco popperiano, em especial, no que diz respeito às ciências humanas e à psicanálise, em particular.

Listamos os seguintes pontos de contato e conflito das duas avaliações:

A – Grünbaum e Klimovsky consideram a teoria psicanalítica passível de testabilidade.

B – Grünbaum utiliza, como metodologia para os testes, o que chama de *indutivismo hipotético-dedutivo*.

Klimovsky sugere que os testes se façam a partir de conseqüências deduzidas dos modelos psicanalíticos apresentados.

C – Grünbaum considera que as observações clínicas não se prestam a testes, dada a contaminação epistêmica da sugestão e do caráter de hipóteses autopreditivas das interpretações psicanalíticas.

Klimovsky considera que a experiência clínica é passível de teste, sendo superáveis as dificuldades que envolvem o problema da sugestão e do possível caráter autopreditivo das interpretações psicanalíticas.

D – Grünbaum julga que, até o momento, a teoria psicanalítica foi refutada nos testes a que se ofereceu.

Klimovsky considera que a teoria psicanalítica se sai tão bem nos testes a que pode ser submetida como qualquer outra ciência humana.

E – Grünbaum não diferencia a teoria freudiana dos desenvolvimentos de seus continuadores – como os da teoria de relação de objeto – quanto aos problemas epistemológicos que levantam.

Klimovsky assinala a importância de que os testes dos modelos psicanalíticos sejam realizados levando-se em conta a teoria da corrente psicanalítica que está em jogo. Propõe que se investigue a contribuição que a teoria psicanalítica possa dar à epistemologia.

F – Grünbaum exemplifica, por sua proposta, o que Lakatos denomina: falseacionismo dogmático (ingênuo ou naturalista), dentro do marco popperiano.

Klimovsky exemplifica, se ainda utilizarmos a terminologia de Lakatos, o falseacionismo sofisticado, desenvolvimento natural, segundo este autor, do pensamento popperiano.

Evidentemente, a lista acima é fruto de nossa particular avaliação de ambos os autores. Julgamos que a divergência básica se origina do item F. Reconhecemos também a influência de outros fatores, dos quais destacamos: o fato de Klimovsky ter trabalhado durante muitos anos com psicanalistas de grande experiência e respeitabilidade científica, em Buenos Aires, onde a psicanálise teve um peculiar desenvolvimento, florescendo as mais diversas correntes do pensamento psicanalítico. Desta forma, pôde o autor, a nosso ver, observar como *realmente* os psicanalistas trabalham. Frisamos este ponto, pois, é uma constante nas críticas de Lakatos, Kuhn e Feyerabend à tradição popperiana que, dado o seu já assinalado caráter *fortemente prescritivo*, perde a possibilidade de avaliar certas características do empreendimento científico, principalmente, na área das ciências humanas. No campo de interesse de nossa pesquisa, damos como exemplo a compreensão equivocada que Grünbaum tem da teoria da repressão – atribuindo a fatores externos um papel que, consensualmente, não é reconhecido pelos psicanalistas (daí certas propostas de testes que seriam inviáveis, como a da diminuição da paranóia em virtude da perda da força dos preconceitos anti-homossexuais) – assim como sua não percepção de inovações marcantes no desenvolvimento da psicanálise, com conseqüências epistemológicas, como já assinalamos ao referirmo-nos ao trabalho de Melvin Lansky.

Uma discussão mais aprofundada deste ponto nos levaria além de nossos imediatos propósitos, pois, tocaria na própria questão do papel e validade da chamada filosofia da ciência. Sem entrar nesta complexa questão, adiantamos o ponto de vista, segundo o qual consideramos que as imprecisões de Grünbaum não invalidam o cerne de sua crítica filosófica. Em conseqüência, nossa crítica à avaliação de Grünbaum será a partir de um ponto de vista estritamente filosófico, onde vemos equívocos que independem de sua leitura da teoria psicanalítica. Lembraríamos que o próprio Popper foi desaconselhado, por Peter Medawar, a publicar sua conferência sobre a teoria da evolução de Darwin, apresentada na Conferência Herbert Spencer, em 1961, daí o motivo de somente uma década depois, mesmo assim sem maiores correções, ter sido publicada em *Conhecimento Objetivo*. É o que nos conta Jonh Watkins (Watkins, Popper e o Darwinismo, in *Karl Popper – Filosofia e Problemas*, org. Anthony O'Hear). Por outro lado, as incorreções que por

ventura os biólogos constataram, não impedem que usufruamos das estimulantes conjecturas de Popper. Acrescentaríamos ainda, remetendo o leitor à **Introdução**, que não vemos quem poderia fazer a avaliação epistemológica de qualquer empreendimento científico, ou, metafísico (no sentido que Popper dá à expressão) que não um filósofo, portador que é de um instrumental crítico que não é familiar ao cientista.

2.4

Impasses e limitações da tradição epistemológica anglo-saxã em relação à teoria psicanalítica

Observamos nos autores de tradição popperiana limitações e impasses quando tratam da teoria psicanalítica, o que nos parece ser reconhecido pelo próprio Klimovsky que sugere aproximações alternativas – a teoria modelística – assim como incorpora as críticas de Lakatos. Mais adiante – na seção 1 do **Capítulo 4** – comentaremos algo semelhante ao discutirmos a leitura de Bouveresse sobre as considerações de Wittgenstein a respeito de Freud. Julgamos que estas dificuldades se radicam em várias fontes, a começar pela própria concepção de ciência que aquela tradição esposa. Deste modo, fomos encontrar nas formulações de Larry Laudan – cuja proposta nasce do debate entre os diversos autores anglo-saxões (Popper, Lakatos, Feyerabend, Kuhn, entre outros) – um campo mais propício para pensarmos tais impasses. Na dissertação de mestrado fizemos uma apresentação detalhada dos principais pontos da proposta de Laudan. Dadas as características deste capítulo: um sumário atualizado da fase inicial da pesquisa, limitar-nos-emos a reproduzir nossas críticas à tradição popperiana e mencionar, na próxima seção, os principais pontos da proposta de Laudan.

Observamos, restringindo-nos aos textos do próprio Popper, duas ordens de problemas para tratar uma teoria como a que a psicanálise oferece:

A – Incapacidade da epistemologia popperiana de lidar com as *questões interessantes* que são levantadas pela teoria psicanalítica.

B – Falta à epistemologia popperiana um padrão de racionalidade compatível com a abrangência do *sistema* em que se tornou a obra de Popper.

É freqüente, em Popper, a referência a que a ciência busca mais do que a simples verdade, mas uma *verdade interessante*: difícil de ser descoberta, com alto grau de capacidade explicativa, improvável e, portanto, com um alto grau de refutabilidade. Em outros momentos vai dizer que uma teoria é melhor que outra, entre outros fatores, por sua maior capacidade explicativa: um maior número de fatos passam a ser explicados e, mais ainda, que explique além de novos fatos ou das anomalias de sua rival, todo aquele domínio de sua antecessora. Nessas referências, *maior conteúdo* é sinônimo de *maior conteúdo empírico*. Mesmo que tomemos como empírico tudo aquilo que seja passível de teste – conceituação popperiana, com a qual concordamos – sentimos a falta da dimensão conceitual. Isto se evidencia quando utiliza a sua proposta de “análise ou lógica situacional”, como no exemplo que dá das motivações de Carlos Magno, em que fica preso a fatos empíricos para compreender uma situação (um problema: as motivações de Carlos Magno) que só muito hipoteticamente seriam de natureza objetiva. Sua *compreensão objetiva* – hipostasiando uma carta reveladora das intenções do personagem – apega-se a um possível dado empírico que, provavelmente, seria *desinteressante* para quem desejasse compreender o que move um personagem histórico de tal envergadura. Curioso contrastar o exemplo de Carlos Magno com o de Galileu – a respeito de sua malograda teoria das marés – em que Popper é muito mais feliz. É mais feliz no sentido de reconstituir *o problema com que se defrontava Galileu* – o de formular uma teoria sobre as marés que, ao mesmo tempo, corroborasse a de Copérnico e evitasse a introdução de influências interplanetárias que lhe desagradavam, por uma possível aproximação com a astrologia; mas, ao afastar qualquer motivação psicológica, que concordamos poder ser irrelevante naquele contexto da história da ciência, afasta também *o problema de Galileu*. Em suma, a “análise situacional”, tal como exemplifica Popper, empobrece a situação-problema em sua insistência em reduzir questões psicológicas a sociais. Pensamos termos sido mais generosos com sua proposta ao submetemos à “análise situacional” a teoria psicanalítica sobre os grupos humanos (ver **Capítulo 2**, seção 2.1), a qual expande o conteúdo explicativo, tanto empírico como conceitualmente.

Algo semelhante poderíamos dizer a respeito do tema da liberdade. Popper o afasta sem maiores questionamentos, o mesmo ocorrendo – como já

registramos – com Grünbaum ao criticar von Wright. Entretanto, é nas ciências humanas e, em especial, na teoria psicanalítica que é o nosso objeto de investigação, onde tal questão não pode ser evitada, como acertadamente nos lembra Lacan (1998): “... O ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade.” Observamos aqui uma aproximação loucura e liberdade, que são temas que não podem faltar a uma epistemologia que se pretenda útil a teorias como a psicanalítica. Quando questionamos a crítica de Grünbaum a von Wright, fizemo-lo pensando que este último oferece um espaço em sua proposta para a liberdade. Ou seja: o agente pode recusar a ação prevista, embora tenha todas as condições a seu dispor, e estejam delineados seus alvos e objetivos. É o caso que ele denomina: “matar o tirano”. Tal contra-exemplo *refutaria* qualquer proposta epistemológica que exija previsões – arriscadas ou triviais – para ciências que pedem um lugar para o imprevisível, pela própria natureza do problema com que lidam. Julgamos que Fernandes²⁴ coloca questão análoga:

[...] só existe ciência daquilo que no homem é natureza, da natureza *no* homem. Essa natureza não é só a parte física e biológica... É o simbólico quando se comporta como natureza, quer dizer, como a alteridade que nos aliena, aquilo que é inconsciente e me determina sem passar pela minha razão ou pela minha liberdade. É isso a natureza. Tanto quanto a tempestade e o ritmo dos dias. Eu posso ser vítima da natureza, no sentido vulgar, como posso ser vítima da ideologia, da linguagem e de tudo que está embutido nela, da minha mãe, do Nome do Pai, etc.

A aceitação do problema tal como está exposto, na citação acima, implica delimitarmos o campo da ciência ao que lhe é pertinente. De outra forma, pensamos ser este o equívoco em que incide Popper, limitamos nosso mundo conceitual. Isto pode ser observado no, aparentemente ingênuo, exemplo hipotético que Popper oferece em crítica à psicanálise. Referimo-nos à situação que imagina em que um homem pode salvar uma criança de afogamento ou pode afogá-la e, em ambos os casos, a psicanálise oferecerá uma explicação; o que tornaria a psicanálise irrefutável. (Popper, 1972, 65) Grünbaum faz uma longa crítica deste exemplo, defendendo como já vimos a refutabilidade da psicanálise, o que faz parte de sua estratégia de *realmente*

²⁴ Ver: Fernandes, S., In: *É a Psicanálise uma Ciência ?*, conferência publicada na revista do Departamento de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ).

refutá-la. (Grünbaum, 1984) Nossa crítica, quanto à insuficiência da epistemologia popperiana, seguiria outro caminho. Pois, vemos no hipotético caso, uma preocupação de Popper em alcançar uma teoria psicológica que não diferenciasse os dois homens, ou o mesmo homem em situações diversas, fazendo previsões, de preferência proibitivas, para *qualquer homem*. A singularidade, quer da situação, quer do indivíduo, desapareceria por completo.²⁵ Lembremo-nos das ressalvas de Freud ao interpretar o “sonho de Descartes” sem as associações do próprio. A rigor, qualquer psicanalista, a começar por Freud, recusar-se-ia a fazer previsão alguma, dado o necessário reconhecimento da dimensão de liberdade *no* homem. Isto não exclui que, *a posteriori*, úteis conjecturas pudessem ser feitas para uma significação, ou re-significação, do ocorrido. Em suma, o que desejamos sublinhar é que o caráter fortemente prescritivo da epistemologia popperiana não só não corresponde à prática real da atividade científica, como já foi por muitos mencionado, mas exige uma ciência que seria incompatível com o fenômeno humano! Paradoxalmente, esta não é a postura de Popper, quando tenta *reconstruir* o problema de Galileu. Neste caso, aceita de bom grado a hipótese que oferece, por apresentar uma base empírica, sendo que por empírico aqui entendemos em seu uso mais tradicional, *não popperiano*, ou seja, algo em que há uma referência ao sensorio. Colocando a questão em outros termos: o que Popper pede de uma teoria psicológica sobre o comportamento humano é que ela seja refutável tal como uma teoria que se refere às chamadas ciências naturais, as quais são tomadas como modelo de racionalidade científica. Não haveria lugar para a singularidade, em sua expressão mais ampla, embora, Popper afirme o contrário:

... há nas ciências naturais aquela consciência do malogro final de todas as nossas tentativas para compreender, que tem sido muito discutido por estudiosos das humanidades e que se tem atribuído à ‘diversidade’ das outras pessoas, à impossibilidade de qualquer auto-compreensão real e à inevitabilidade de supersimplificação, que é inerente a qualquer tentativa para compreender qualquer coisa singular e real. (Podemos agora acrescentar que parece importar pouco que tal realidade seja cósmica ou microcósmica.) (Popper, 1975: 175/6).

²⁵ Vamos retornar a este ponto, quando discutirmos a crítica de Wittgenstein à tradição filosófica quanto “ao desprezo pelo caso particular”, na seção 5.3.

Esta citação está num contexto de discussão da possível diferença de metodologia nas ciências naturais e nas ciências humanas, o que Popper não vai aceitar, dizendo mais adiante do trecho citado: “Elaborar a diferença entre a ciência e as humanidades tem estado em moda desde muito e tornou-se enfadonho. O método de resolver problemas, o método da conjectura e refutação, é praticado por ambas. É praticado na reconstrução de um texto danificado bem como na construção de uma teoria da radioatividade.” (Popper, 1975:176) Apesar de tais afirmações, não vemos Popper aplicar o método a problemas psicológicos que, como vimos, procura reduzir a problemas sociológicos, descaracterizando-os. Tal descaracterização causa, por vezes, perplexidade ao leitor. Referimo-nos ao momento em que propõe a investigação lógica da economia como um modelo para as ciências sociais, dada a sua objetividade (Popper, 1978:31/2). É conhecida a dificuldade com que os economistas se defrontam ao lidar com conceitos como o de “utilidade”, ou, de “opções de aplicação de recursos”, em que os fatores psicológicos se mostram irredutíveis. Klimovsky (1999:315) levanta a mesma objeção, referindo-se a “lei das utilidades decrescentes”, formulada em termos vagos e em linguagem ordinária, no famoso tratado de economia de Samuelson. Laudan, por sua vez, faz uma interessante consideração histórica a respeito dos conflitos que viveu Adam Smith, a respeito dessas questões:

Viner [...] oferece um argumento convincente que um dos problemas conceituais centrais para a teoria econômica de Adam Smith era sua incompatibilidade com a tese newtoniana de um equilíbrio de forças na natureza. A questão era particularmente aguda uma vez que a teoria econômica de Smith se baseava num geral (newtoniano) equilíbrio de forças da natureza e, contudo, postulava forças de motivação econômica (por exemplo: auto-interesse) que eram aparentemente incompatíveis com um tal sistema de equilíbrio. Tem sido levantado que Adam Smith escreveu seu tratado de filosofia moral com a finalidade de resolver esta tensão (Laudan, 1977:230).

Acreditamos que a proposta de Klimovsky, de tomar a teoria psicanalítica como uma teoria modelística, é uma forma criativa de utilização do método de conjecturas e refutações. É intrigante a atitude ambivalente de Popper em relação à psicanálise, tal como já foi assinalado (p.24), que resulta muitas vezes no reconhecimento das contribuições da psicanálise, mas não em sua utilização.

Uma vez que a obra de Popper foi tornando-se cada vez mais abrangente, uma necessária ampliação de seus padrões de racionalidade se fez presente. Na primeira seção do **Capítulo 2** fizemos uma breve resenha deste trajeto. Não esconde Popper tal pretensão de abrangência:

Pode ser interessante e frutuoso investigar até onde podemos aplicar análises situacionais (a idéia de solucionar problemas) à arte, à música, à poesia, e se isso pode ajudar nossa compreensão nesses campos. Não duvido de que, em alguns casos, possa ajudar. Os cadernos de notas de Beethoven para o último movimento da Nona Sinfonia mostram que a introdução deste movimento conta a história das tentativas do compositor para resolver um problema – o problema de romper em palavras. Ver isto auxilia nossa compreensão da música e do músico. Se esta compreensão ajuda nosso gozo da música é coisa diferente (Popper, 1975: 174).

Comentários mais desenvolvidos vamos encontrar em sua *Autobiografia Intelectual* (Popper, 1977:60-79). Observamos aí como transporta para a estética as mesmas dificuldades que mostra ao tratar da psicologia, isto é: utiliza de forma muito restrita seu próprio método de “análise situacional”. No caso, o sacrificado é o expressionismo, não ficando claro se como teoria, manifestação estética, ou ambas. Não gostaríamos de ser injustos com o autor que faz inúmeras ressalvas quanto ao ponto de vista que vai expor, num texto reconhecidamente intimista – uma autobiografia – onde se permite comentários sem o seu usual rigor. Contudo, não podemos deixar de utilizar este material, pois, o próprio Popper reconhece sua importância, uma vez que foi a partir de suas especulações estéticas que formulou a teoria dos três mundos:

Meu interesse por música levou-me ao que eu então supus ser uma descoberta intelectual de menor importância [...] Posteriormente, essa descoberta muito influenciou meu pensamento filosófico e, em última análise, me levou à distinção que estabeleci entre mundo 2 e mundo 3, distinção que desempenha importante papel na filosofia desenvolvida na minha idade madura (Popper, 1977: 67).

A conjectura que Popper desenvolve é entre uma “música objetiva” e uma “música subjetiva”, através da análise das produções de Bach e de Beethoven, respectivamente. É bom lembrar que sua posição não é “grosseira”, no sentido de estereotipar a genialidade de ambos compositores: [...] “Procurei dar uma idéia razoavelmente clara da diferença entre essas duas teorias concernentes à música [...] a de Bach e a de Beethoven – que, na época,

me pareciam muito diversas, embora eu apreciasses ambas” (Popper, 1977, 73). Por outro lado, sua posição nos parece bastante estreita caso seja estendida à necessidade do artista de expressar suas emoções. Pois, neste caso, o que está em jogo não são as emoções daquele artista em particular, mas uma forma, talvez a mais adequada, de expressão estética para tratar aquela determinada *situação-problema*.

Sublinhamos este ponto porque especialmente nos interessa, uma vez que a teoria psicanalítica procura lidar, exatamente, com aquilo que a tradição relegou ao “incompreensível”, ao “irracional”, como se com tais denominações banissem de nossa ontologia o que, *prima facie*, de fato, não compreendemos. Entretanto, o fenômeno psicótico se caracteriza, fundamentalmente, por não ser, pelo menos *prima facie*, “compreensível”. Afastá-lo de nosso mundo, é cair numa forma de falácia epistêmica – o que não “conhecemos”, não existe, ou, o que é pior, é *desinteressante*. As conseqüências de tal atitude são historicamente conhecidas, empobrecendo a psiquiatria e a psicologia, assim como tendo implicações éticas das mais graves. A este respeito basta lembrar o tratamento que foi dado ao *psicótico*: exclusão e punição. Há uma vasta literatura sobre tema, abordando também a forma pela qual foi o “incompreensível”, o “irracional”, *absorvido* na história da ciência médica, trazendo novas questões tanto de ordem ética como epistemológica.

A questão da estética, tal como é tratada por Popper, leva-nos também ao ponto central de nossa crítica quanto à insuficiência de sua proposta epistemológica: as questões que mais nos intrigam, são afastadas como “subjetivistas”, restando, contudo, questões *desinteressantes*. Ou seja, questões que dizem respeito à natureza dos problemas com que lida a teoria psicanalítica são afastadas. Há um empobrecimento do *mundo*. Mais uma vez, repetimos: não vemos isto como uma implicação necessária da proposta epistemológica popperiana, mas de um uso inadequado da mesma. Reconhecemos que a “análise situacional” é um instrumento suficientemente poderoso para lidar com as questões dos programas de pesquisa metafísica (nos quais incluímos a teoria psicanalítica), utilizando a terminologia de Popper. Inexplicavelmente, Popper insiste em utilizá-lo de forma tímida. Levantaríamos algumas hipóteses a respeito e uma interrogação:

Pensamos que Popper nunca se libertou de um *cientificismo* que marca sua primeira fase: o critério de demarcação entre ciência empírica e não-empírica é, *também*, um critério de demarcação entre o racional e o irracional. Cientificidade se confunde com racionalidade.

A segunda possibilidade se prende à preocupação de Popper em afastar de sua teoria qualquer forma de transcendentalismo e de ignorar a relevância do papel da linguagem. Sua polêmica leitura de Kant ocorre tanto na que faz da *Crítica da Razão Pura*,²⁶ como nos textos referentes à razão prática, onde o papel da liberdade, em Kant, é por ele subestimado. Acrescentaríamos a ausência de referência à *Crítica da Faculdade do Juízo*, de Kant, que não somente contém temas de interesse comum – a questão dos juízos estéticos – como, segundo alguns comentadores, é fundamental para a compreensão das anteriores.²⁷ Ao mesmo tempo, sua atitude em relação à filosofia da linguagem impede-o de examinar mais detidamente as diferenças entre as afirmações na primeira e na terceira pessoa, assim como os diferentes modos de avaliação de tais proposições.

Quanto à interrogação a que nos referíamos, esta se prende ao fato de Popper demonstrar um estranho desconhecimento da teoria freudiana, embora a mesma seja uma preocupação sua desde a juventude (17 anos).

Tal interrogante se torna mais forte quando constatamos que Popper foi contemporâneo de Freud, vivendo ambos na mesma Viena e, mais tarde, radicou-se num país – Inglaterra – onde suas idéias foram muito bem aceitas pelo vigoroso movimento psicanalítico lá existente, tendo desempenhado importante papel no desenvolvimento das teorias de W. R. Bion, conforme registramos na **Introdução**.

²⁶ Ver: Fernandes, S. (1985), Mendonça, W. (1981) e Röd, W. (2000).

²⁷ “Vê-se daí aparecer o sentido da *Crítica da faculdade de julgar* e sua relação com as duas outras Críticas. A *Crítica da faculdade de julgar* funda e completa a *Crítica da Razão pura* e a *Crítica da Razão prática* ao desenvolver a experiência original pressuposta em ambas como reflexões sobre o pensamento humano [...] A *Crítica da faculdade de julgar* preenche esta tarefa sistemática, constituindo-se como uma lógica da intersubjetividade, ou seja, como uma lógica da significação.” (Philonenko, in Kant, Critique da la Faculte de Juger, 1989: 11-12)

2.5

A alternativa de Larry Laudan

A epistemologia de Larry Laudan surge do debate em que estão envolvidos: Popper, Lakatos, Kuhn e Feyerabend, como os principais protagonistas das disputas entre: internalistas e externalistas; positivistas e relativistas, ou, racionalistas e irracionais. Em realidade, sua proposta é uma permanente tentativa de superar os impasses que as diversas correntes apresentam para dar conta de questões básicas, tais como: a *racionalidade do empreendimento científico*, a *escolha entre teorias*, a *noção de progresso*. É uma proposta de filiação declaradamente pragmatista e que tem pretensões de abrangência semelhantes às que encontramos em Popper. Suas principais teses estão em sua obra maior: *Progress and its Problems – Towards a Theory of Scientific Growth* (Laudan, 1977), que nos servirá de referência.

Laudan parte da crise desencadeada pelo desenvolvimento das pesquisas epistemológicas na primeira metade do século XX, que entre outros questionamentos levantou:

Durante muito tempo, muitos têm tomado a racionalidade e o progresso da ciência como um fato óbvio ou uma conclusão sem problemas, e alguns leitores provavelmente ainda pensarão como bizarro acreditar que exista algum importante problema a ser aqui resolvido. Ainda que esta confiante atitude tenha sido quase inevitável, dados os preconceitos culturais em favor da ciência na cultura moderna, houve um grande número de recentes contribuições que trouxeram sérias questões a respeito:

1 – Filósofos da ciência, cujo objetivo primário é definir o que é racionalidade, têm geralmente descoberto que seus modelos de racionalidade encontram poucos, se é que algum, exemplos no real processo de atividade científica. Se aceitamos a reivindicação feita em nome desses modelos como o que define a própria racionalidade, então parecemos forçados a virtualmente ver toda a ciência como irracional.

2 – Tentativas de mostrar que os métodos da ciência garantem conhecimento verdadeiro, provável, progressista ou altamente confirmado – tentativas que têm uma ascendência quase contínua desde Aristóteles aos nossos tempos – têm geralmente fracassado, levantando uma diferente suposição de que as teorias científicas não são nem verdadeiras, nem prováveis, nem progressistas, nem altamente confirmáveis.

3 – Sociólogos da ciência têm podido indicar vários episódios, no passado recente (e remoto) da ciência, que parecem revelar muitos fatores, decisivamente envolvidos nas decisões científicas, não racionais ou irracionais.

4 – Alguns historiadores e filósofos da ciência (p. ex.: Kuhn e Feyerabend) têm questionado, não meramente que certas decisões entre teorias, em ciência, têm sido irracionais, mas que as escolhas entre teorias científicas competidoras, por sua própria natureza, deva ser irracional. Eles (especialmente Kuhn) têm

também sugerido que todo ganho em nosso conhecimento é acompanhado por concomitantes perdas, de modo que é impossível afirmar quando, ou mesmo se, estamos progredindo.

O ceticismo a que tais conclusões apontam tem sido reforçado pelos argumentos do relativismo cultural em relação à consequência de que a ciência é apenas um conjunto de crenças entre muitas possíveis, e que nós no Ocidente veneramos a ciência, não porque ela seja mais racional do que suas alternativas, mas simplesmente porque somos produtos de uma cultura que tem tradicionalmente muito se estabelecido através da ciência. Todos os sistemas de crença, a ciência inclusive, são vistos como dogmas e ideologias entre as quais a preferência objetiva e racional é impossível (p. 2-3).

Observamos que Laudan parte da questão da racionalidade, precisamente o ponto que consideramos frágil na epistemologia popperiana. Utiliza a noção de progresso para aproximar-se da de racionalidade. Devido às várias implicações de tal correlação, julgamos melhor listar os pontos básicos da proposta de Laudan, discutindo-os passo a passo. Tal exame se faz necessário também em virtude da forma de articulação dos argumentos de Laudan que estão sempre estreitamente interligados. Só assim poderemos vir a avaliar se sua noção de racionalidade supera as dificuldades que observamos em Popper.

1 – Inverte a tradicional subordinação do progresso à racionalidade científica. Argumenta Laudan que *progresso* é necessariamente um conceito temporal, enquanto *racionalidade* é, em geral, vista como atemporal. Continua, lembrando que a maioria dos autores vê “o progresso nada mais do que uma projeção temporal de uma série de escolhas individuais racionais”.²⁸ A dificuldade de sustentar tal posição – contraditada, sobretudo, pelo desenvolvimento dos estudos sobre história da ciência – levou muitos autores (refere-se especificamente a Kuhn e Feyerabend) a afirmar a necessária irracionalidade das escolhas científicas. Este seria um dos fundamentos do relativismo, o qual Laudan quer evitar, dados os inúmeros problemas que traz.

2 – A racionalidade científica se revela pela escolha da teoria mais progressista. Esta afirmação, embora uma óbvia decorrência da anterior, traz inúmeras implicações. A opção pela referida inversão, segundo Laudan, prende-se ao fato de que o *progresso* é um conceito muito mais fácil de ser apreendido do que o de *racionalidade*. O fato da noção de progresso ser mais

²⁸ Grifo do autor, in *Progress and its Problems*, pag. 5.

facilmente apreendida, não implica em que a mesma não ofereça uma gama de questões que o autor reconhece evitar, na medida em que pretende apenas discutir *aspectos cognitivos* do progresso. Tal posição está, evidentemente, subordinada à sua concepção de ciência. A redução a apenas aspectos cognitivos vai tornar-se, por sua vez, um dos pontos frágeis da epistemologia de Laudan, o que nos parece uma questão comum a este domínio da epistemologia anglo-saxã.

3 – “A ciência é essencialmente uma atividade de resolver problemas”. Através desta tese, Laudan procurará escapar dos impasses tanto do racionalismo como do relativismo. Pensamos que este é o seu argumento forte. Consideramo-lo forte porque será o ponto que o distinguirá dos demais filósofos da ciência, de sua tradição, uma vez que ao falar de *problemas*, refere-se tanto a *problemas empíricos*, como a *problemas conceituais*. Laudan não nega outras finalidades à ciência:

A abordagem feita aqui não pretende implicar que a ciência seja “nada mais” que uma atividade de resolver problemas. A ciência tem uma variedade de objetivos tão ampla quanto a gama de motivações que cada cientista tem: a ciência objetiva explicar e controlar o mundo natural; os cientistas buscam (entre outras coisas) verdade, influência, utilidade social, e prestígio. Cada um destes objetivos podia ser (e tem sido) usado para fornecer uma moldura dentro da qual se poderia tentar explicar o desenvolvimento e natureza da ciência. Minha abordagem, contudo, sustenta que uma visão da ciência como um sistema de resolver problemas mantém maior esperança de capturar o que é mais característico da ciência do que qualquer outra moldura alternativa permite (p. 12).

Dada a importância central que a noção de *problema* desempenha nesta proposta epistemológica, devemos deter-nos mais na discussão da natureza e tipos de problemas a que Laudan se refere.

4 – Natureza e tipos de problemas científicos – Laudan considera que os problemas científicos não diferem fundamentalmente de qualquer outro tipo de problema. Vê os *problemas* como as *questões* da ciência, enquanto as *teorias* seriam as suas *respostas*. Propõe-se a defender duas teses:

Tese 1: O primeiro e essencial teste forte (*acid test*) para qualquer teoria é se ela fornece respostas aceitáveis para questões interessantes: se, em outras palavras, ela fornece soluções satisfatórias para problemas importantes.

Tese 2: Na avaliação dos méritos de teorias, é mais importante perguntar se elas constituem adequadas soluções para problemas significativos do que perguntar se são ‘verdadeiras’, ‘corroboradas’, ‘bem-confirmadas’ ou de alguma forma justificáveis dentro do quadro da epistemologia contemporânea (p. 13/4).

Distingue *problemas de fatos*: “...problemas reconhecidos como tais em um determinado tempo podem, por motivos perfeitamente racionais, *deixar* de ser problemas em tempos posteriores. Fatos nunca sofrem tal tipo de transformação.”(p. 17) Acrescenta a respeito: “Enquanto insistirmos que as teorias são somente destinadas a explicar “fatos” (isto é, afirmações verdadeiras acerca do mundo), nos encontraremos impossibilitados de explicar a maior parte da atividade teórica que ocorreu na ciência.”(p. 16) Cita vários exemplos históricos de problemas empíricos que se mostraram contrafactuais, mas que exigiram tratamento como fatos, uma vez que foram “pensados” como tais, pela comunidade científica. Por exemplo: as discussões na Royal Society of London sobre as propriedades e comportamento das serpentes marinhas, descritas nos relatos de marinheiros; e, mais recentemente, a preocupação da medicina em explicar o “fato” das *sangrias* promoverem a cura de certas doenças.²⁹ Indica, ainda, muitos fatos acerca do mundo que não despertam problemas empíricos, simplesmente, porque são *desconhecidos*. Exemplifica através do *fato* de, provavelmente, o sol ser composto principalmente de hidrogênio, mas até este *fato* ter sido descoberto ou inventado (*sic*), não se constituía num problema. Frisa este ponto, para destacar que os fatos que interessam são os fatos *conhecidos*. Contudo, tal propriedade – ser conhecido – não basta, um problema empírico deve trazer com a sua solução *um prêmio*. Daí a dimensão histórica dos problemas empíricos: em certas épocas, certos *fatos* seriam *interessantes*, ao passo que, em outras, o mesmo *fato* não o seria.

Classifica os problemas como *empíricos e conceituais*. Os empíricos – ou de primeira ordem – pretendem falar sobre o mundo e surgem no contexto de investigação de uma teoria. Ressalva o reconhecimento de que os problemas empíricos estão sempre “carregados de teoria”, todavia, considera-os de primeira ordem, substantivos, uma vez que são “... *tratados* como se fossem problemas sobre o mundo.” (p. 15) São de três tipos:

²⁹ Acrescentaríamos, referindo-nos a nosso campo específico de trabalho, a discussão sobre os efeitos da convulsoterapia (provocação de ataques convulsivos como tratamento de pacientes psicóticos), a partir da suposta incompatibilidade entre epilepsia e esquizofrenia. A produção por corrente elétrica (eletrochoques), agentes químicos (cardiazol, insulina), ou, microorganismos (cepas de *plasmodium*, para induzir formas de malária e, conseqüentemente, as convulsões febris que a acompanham) para provocar convulsões foi, e ainda é em muitos centros científicos, tema de intensas investigações.

Problemas não resolvidos – aqueles que não foram ainda adequadamente resolvidos por qualquer teoria.

Problemas resolvidos – aqueles que foram resolvidos adequadamente por uma teoria, pelo menos.

Problemas anômalos – aqueles que uma determinada teoria não resolveu mas que outra, ou mais, competidoras, resolveram.

Evidentemente, problemas resolvidos contam em favor de uma teoria, os anômalos constituem evidência *contra* uma teoria, e os não-resolvidos simplesmente indicam as linhas para uma futura investigação teórica. Usando esta terminologia, podemos argumentar que *uma das principais marcas do progresso científico é a transformação de problemas empíricos anômalos e não-resolvidos em problemas resolvidos*. De toda e qualquer teoria devemos perguntar quantos problemas ela resolveu e com quantas anomalias ela se confronta. Esta questão, de uma forma um pouco mais complexa, torna-se uma das ferramentas primárias para a avaliação comparativa de teorias científicas (p. 18).

Aquilo que, na citação acima, chama de “uma forma um pouco mais complexa” entendemos ser a sua originalidade e, a rigor, um reconhecimento da complexidade do problema da avaliação de teorias. Pois, vai introduzir a questão – em geral, omitida neste debate – dos problemas conceituais. Antes de passarmos à discussão de Laudan sobre esta última classe de problemas, é importante registrarmos algumas de suas considerações que são esclarecedoras, quando confrontadas com os inúmeros exemplos históricos que fornece. Pensamos, sobretudo, no peculiar estatuto dos problemas não-resolvidos, que Laudan considera importantes somente quando se tornam resolvidos, por alguma teoria. De outra forma, ficam apenas como *potenciais*. Parece-nos uma observação aguda, uma vez que esclarece, ainda que parcialmente, como veremos ao discutir a dimensão conceitual, o surgimento de um *problema científico*, assim como o fato de certas questões não se constituírem num problema em que pese sua insolubilidade, numa determinada época,³⁰ Se o peso dos problemas não-resolvidos não é comprometedor para invalidar uma teoria, já que não podemos saber de antemão se poderão vir a ser resolvidos por esta teoria, o progresso empírico se faz, dentre outras formas, pela transformação de problemas não-resolvidos

³⁰ Julgamos que muitas das teorias que compõem a teoria psicanalítica atualizaram problemas – ao sugerir soluções – que, até então, não eram reconhecidos como tais. Citaríamos à guisa de exemplo: a teoria da sexualidade infantil (Freud, 1905; S.E. VII)

em resolvidos. Estes têm uma natureza diversa. Uma vez que Laudan faz uma opção fundamentalmente pragmatista, defende o ponto de vista que:

Uma teoria pode resolver um problema na medida que ela implica mesmo que uma afirmação *aproximada* do problema; ao determinar que uma teoria resolve um problema, *é irrelevante se a teoria é verdadeira ou falsa, bem ou fracamente confirmada*; o que conta como uma solução de um problema num determinado momento não o será para sempre (p. 22/3).

Laudan sempre trabalha com comparação entre teorias. Deste modo, o caráter aproximativo dos resultados na solução de um problema científico não invalida a teoria, apenas pode enfraquecê-la *em comparação* com uma competidora. Tanto a teoria de Newton (caso do movimento dos planetas), como a de Einstein (observações telescópicas de Eddington) forneciam resultados aproximados. Os motivos podem ser vários: desde a previsão sob condições ideais até a insuficiências das técnicas laboratoriais ou instrumentais em relação à teoria. O ponto que julgamos importante é a distinção que faz entre as exigências de exatidão do modelo explicativo clássico e o caráter aproximativo que requer os propósitos de solução de um problema científico. Laudan vai mais longe ao lembrar a irrelevância histórica da verdade ou falsidade na solução de problemas (a teoria ondulatória de Young, verdadeira ou falsa, resolvia o problema da dispersão da luz), da mesma forma que a não-permanência das soluções.

Na história de muitas disciplinas, tanto humanistas como científicas, pode-se perceber um gradual estreitamento e fortalecimento do limiar que será permitido a uma teoria para que seja uma solução ao problema relevante. A menos que reconheçamos que os critérios de aceitabilidade de soluções de problemas evoluíram através do tempo, a história do pensamento parecerá ser realmente enigmática (p. 26).

Os problemas anômalos, nesta proposta, desempenham um especial papel. Aceita a tese Duhem-Quine, quanto à impossibilidade de teste de teorias isoladas, sem que o conjunto em que estão inseridas seja também testado, daí resultar a dificuldade de encontrarmos a “teoria culpada”. Entretanto, chama a atenção para o peculiar papel que as anomalias desempenham, ou seja: sua importância só se torna significativa quando outra teoria as resolve. Assim, revaloriza as anomalias, não por talvez se mostrarem inconsistentes com a teoria em exame, mas quando apontam para uma maior capacidade de solução de problemas por uma teoria competidora.

Laudan discute o peso dos problemas empíricos que não têm um valor absoluto: variam de importância, segundo muitas circunstâncias. Além da influência de fatores sociais, de natureza da mais diversa e conjuntural, examina mais detidamente aqueles aspectos que se referem ao *peso racional cognitivo*. Com isto pretende questionar, por exemplo, o caráter absoluto das “experiências cruciais” (Popper), da mesma forma que o caráter impreciso das anomalias que provocam a mudança de paradigma (Kuhn).³¹ Enfatiza sempre que o peso dos problemas empíricos deve ser visto na comparação entre teorias. Considera também que sua proposta de colocar a ênfase epistemológica na solução de problemas é imune à crítica de Duhem, pois, uma teoria (ou um complexo de teorias) – independente de ser verdadeira ou falsa – pode ser avaliada se é ou não eficaz na resolução de um determinado problema.

Quanto aos *problemas conceituais*, define-os por exclusão: são não-empíricos. Chama a atenção para o papel relevante que desempenham na escolha entre teorias. Dá, entre outros exemplos, a oposição à teoria de Newton, por parte de pensadores eminentes (como: Locke, Berkeley, Huygens e Leibniz), por questões conceituais.³² Critica os filósofos da ciência, de Popper a Feyerabend, passando por Lakatos, Kuhn, Carnap e Reichenbach, de ignorarem o papel dos problemas conceituais na avaliação racional das teorias científicas. Frequentemente, as questões conceituais aparecem nestes filósofos como demonstrações da irracionalidade da ciência, tal como é realmente praticada.

Seria um enorme erro, contudo, imaginar que o progresso e a racionalidade científica consistem inteiramente na solução de problemas empíricos. Há um segundo tipo de atividade de solução de problemas que tem sido *pele menos tão importante* no desenvolvimento da ciência quanto a de solução de problemas empíricos. Este tipo de problema, que eu chamo *problema conceitual*, tem sido amplamente ignorado pelos historiadores e filósofos da ciência (embora raramente pelos cientistas), presumivelmente porque ele não se ajusta bem

³¹ Kuhn não deixa claro quando uma “anomalia” se torna um “contra-exemplo”, descreditando o paradigma, ou, que “quantidade” de anomalias provocariam a crise paradigmática. Laudan considera que tais dificuldades na epistemologia kuhniana ocorreriam por não considerar o papel dos problemas conceituais.

³² Tais problemas seriam do tipo: o que seria um “espaço absoluto” e por que ele seria necessário à física? Como podem os corpos agir à distância? Qual seria a fonte da nova energia? Como, perguntava Leibniz, poderia a teoria de Newton se conciliar com uma deidade inteligente? Portanto, dificuldades de natureza *não empírica*. Laudan cita também as críticas ao sistema ptolomáico que “salvava os fenômenos”, mas não apresentava boa fundamentação.

naquelas epistemologias empiristas da ciência que têm ditado a moda por mais de um século .(p. 45)

Os problemas conceituais podem ser:

Problemas conceituais internos – quando uma teoria T apresenta inconsistências ou suas categorias básicas são vagas e pouco claras.

Problemas conceituais externos – quando uma teoria T está em conflito com outra – T' – que reconhece ser racionalmente bem fundamentada.

Os *problemas conceituais internos* podem surgir quando uma teoria é autocontraditória, ambígua ou circular. Há inúmeros exemplos na história da ciência, como a inicial teoria de Faraday que, contudo, não foi abandonada mas evoluiu da noção de partículas contíguas para a teoria do campo. Este aspecto evolutivo, que permite que a teoria não seja abandonada uma vez constatada sua inconsistência, tem sido comum na história e constitui-se numa das fontes, cita Whewell, de progresso, através da “clarificação de conceitos”.³³

Os *problemas conceituais externos* – fruto de alguma forma de conflito entre teorias – surgem a partir da particular relação que as teorias guardam entre si. Estas relações podem ser de:

A – Implicação: T implica T1

B – Reforço: T fornece uma “rationale” para T1.

C – Compatibilidade: T nada implica para T1.

D – Implausibilidade: T implica que T1 é improvável, no todo, ou, em parte.

E – Inconsistência: T nega T1, no todo, ou, em parte.

Observa Laudan que tais relações muitas vezes passam despercebidas, mas estão sempre presentes na avaliação de teorias. Por exemplo, a compatibilidade pode representar um conflito oculto, quando se espera que uma teoria que surge, reforce outra e não ocorre o caso. Comenta que: “Os vários domínios e disciplinas científicos nunca são completamente independentes entre si. Numa dada época, há sistemas hierárquicos de interconexão entre as várias ciências que condicionam as expectativas

³³ Reportemo-nos à crítica de Grünbaum a respeito da relação entre “amor homossexual reprimido” e paranóia, em Freud. Como comentamos, anteriormente, faltou ao crítico esta noção de “clarificação de conceitos”, pois, o estudo do impulso homossexual reprimido evoluiu para uma noção muito mais abrangente e *explicativa*: a teoria do narcisismo.

racionais que os cientistas guardam quando avaliam teorias.” (p. 53) É o caso de uma teoria da hereditariedade que fosse compatível com a química mas não utilizasse seus atuais recursos e fosse vista, então, com desconfiança. Na relação acima poderíamos dizer que, com exceção de A, existe uma ordem crescente, de B a E, de graus de ameaça cognitiva.

Laudan chama a atenção para o caráter não-arbitrário de tais conflitos, pois: “... poderíamos criar um problema para a moderna teoria quântica, indicando sua irrelevância em relação ao Zen Budismo!” (p. 55). Em outros termos: há fontes para os problemas conceituais. Classifica-as em:

A – Dificuldades intracientíficas. Casos em que duas teorias científicas de diferentes domínios estão em tensão. Um exemplo histórico seria o conflito do sistema astronômico de Copérnico - que não consistia numa teoria física, somente se tornando articulada, sob o ponto de vista da física, com Galileu – e a física aristotélica predominante na época.

B – Dificuldades normativas. A força das normas, da metodologia que se espera da atividade científica, tem sido uma fonte importante de conflitos conceituais. Via de regra, uma teoria em conflito com a metodologia predominante, transforma-se de modo a ajustar-se ao que se espera como método científico. Lembra, a título de exceção, o conflito da física newtoniana, que teorizava sobre entidades não observáveis, como um caso em que a teoria impôs uma mudança na metodologia científica. Considera que a insistência de uma corrente de newtonianos, que não quiseram adaptar-se aos métodos da época, é responsável pela produção da metodologia hipotético-dedutiva que é dominante até hoje. Este grupo de newtonianos insistiu contra o indutivismo prevalecente de Bacon, Locke e do próprio Newton. *En passant*, faz uma referência à psicanálise considerando que o núcleo das críticas que lhe são feitas, refere-se a questões metodológicas.³⁴ Registra que nesses casos os historiadores e filósofos da ciência, por subestimar o papel dos problemas conceituais, ficam com dificuldade em encontrar uma *rationale* para a avaliação das teorias concorrentes.

³⁴ Interessante comparar este comentário com as críticas de Grünbaum que apresentamos, as quais se concentram na exigência de uma coerência metodológica que, como já comentamos, Freud não segue, malgrado suas declaradas intenções.

C – Dificuldades de “visão do mundo”. Dá como um dos maiores exemplos históricos de conflito entre uma teoria científica e a “visão de mundo” dominante, a enorme repercussão que teve a teoria de Newton. Uma nova ontologia se fez necessária, lembrando a sua influência no desenvolvimento da obra de Kant e, segundo alguns autores (como Buchdahl), foi um dos pontos centrais para o desencadeamento do iluminismo. Foram levantadas questões quanto à nossa possibilidade conhecer o mundo, assim como uma nova inteligibilidade da ação à distância. Como exemplo mais recente, cita o famoso caso Lysenko, ou seja: o forte apoio que este autor recebeu, por parte do estado soviético, para sustentar uma teoria contra a biologia evolucionária, tanto o darwinismo como o mendelismo, pelo fato de sua teoria vir ao encontro da visão de mundo – a interpretação stalinista do marxismo – dominante em seu ambiente cultural.³⁵ Laudan esclarece que, segundo sua proposta epistemológica, o conflito em discussão – teoria científica vs. “visão de mundo” – pede uma solução para ambas e não há possibilidade de previsão nestes casos, o resultado dependerá da capacidade de resolver problemas (quer da teoria, quer da “visão de mundo”).

A exemplo do que fez em relação aos *problemas empíricos* discute o peso dos *problemas conceituais*. Considera-os mais sérios do que uma anomalia empírica. Recordemos que a oposição à mecânica newtoniana foi mais por conta da metafísica da época do que por sua imprecisa previsão do movimento da lua. Sugere quatro circunstâncias que influenciam o peso dos *problemas conceituais*: a) O grau de tensão lógico entre duas teorias; b) Quando no conflito entre T1 e T2, a importância, na solução de problemas empíricos, de T2 é muito grande para que a teoria seja abandonada. Neste caso, a incompatibilidade conceitual não pesará tanto; c) Quando os problemas conceituais ocorrem em ambas as teorias em competição, seu peso diminuirá; d) A duração do problema conceitual. Quanto mais recente o problema, maior o otimismo de que seja superado.

³⁵ Como registramos na **Introdução**, temos como pano de fundo desta tese, tanto o debate epistemológico anglo-saxão como a atual “crise da psicanálise”. As observações de Laudan, fazem-nos pensar nas oscilações de aceitação da teoria psicanalítica – o clímax nos anos 50 e a “crise” nas últimas duas décadas – como um conflito entre a teoria e as oscilantes “visões de mundo” que marcaram o final do século XX. Importante contrastar com as “promessas” (tema que Laudan vai discutir adiante) das novas descobertas da psicofarmacologia, originando uma grande receptividade para as terapêuticas farmacológicas.

Resume sua posição a respeito da seguinte maneira:

[...] O que afirmo ... é que *nenhuma* das principais filosofias da ciência contemporâneas fornece espaço para o significativo papel que os problemas conceituais têm desempenhado na história da ciência. Mesmo aqueles filósofos que reivindicam tomar a real evolução da ciência seriamente (por exemplo: Lakatos, Kuhn, Feyerabend e Hanson) não fizeram sérias concessões às dimensões não-empíricas do debate científico. Agora conhecemos o suficiente acerca da importância desses fatores não-empíricos, dentro da evolução da ciência, para dizer com alguma confiança que *qualquer teoria acerca da natureza da ciência que não encontre lugar para problemas conceituais fracassa em reivindicar ser uma teoria acerca de como realmente a ciência tem evoluído* (p. 66).

Como observamos, Laudan está introduzindo uma das noções que será fundamental em sua epistemologia: a noção de progresso, a qual servirá de suporte para a sua compreensão da racionalidade. Antes de entrarmos na discussão desses temas, que nos interessam de perto, é necessário esclarecermos outro dos pilares da epistemologia de Laudan: a noção de *Tradição de Pesquisa*.

5 – Tradição de Pesquisa – Trata-se de uma contribuição original de Laudan, fruto da sua tentativa de superar os impasses que o debate epistemológico, em que está envolvido, apresenta. Nasce, também, da insatisfação e insuficiência que o conceito de teoria científica desperta, quando queremos dar conta do desenvolvimento histórico do empreendimento científico. Seus principais interlocutores, neste momento, são: Kuhn e Lakatos, pois, ambos os autores se preocuparam com a mesma questão. Kuhn sugere a noção de *paradigma*, enquanto Lakatos, a de *programas de pesquisa*. Em ambos os casos, a preocupação é a de identificar unidades maiores – conjuntos de teorias – que simples teorias isoladas, para explicar os movimentos – progressivos ou regressivos – da ciência. Embora Laudan partilhe da mesma inquietação, vai criticar as soluções apresentadas, oferecendo sua alternativa. É, neste sentido, coerente com sua concepção que qualquer teoria – inclusive as epistemológicas – só pode ser avaliada comparativamente.

Parte o autor da distinção de duas acepções do termo *teoria científica*. Na primeira: “... o termo ‘teoria’ denota um conjunto muito específico de doutrinas relacionadas (comumente chamadas ‘hipóteses’, ou, ‘axiomas’, ou, ‘princípios’) que podem ser utilizados para fazer previsões específicas

experimentais e para dar explicações detalhadas dos fenômenos naturais.” (p. 71) Dá como exemplos: a teoria do eletromagnetismo, de Maxwell; a teoria do valor, de Marx; e a teoria do complexo de Édipo, de Freud, entre outras. Por outro lado, a segunda acepção se refere a conjuntos de doutrinas e suposições, muito mais gerais e menos testáveis, como: a “teoria atômica”, “teoria da evolução”, ou, “a teoria cinética dos gases”. Feita tal distinção, afirma:

[...] As diferenças entre os dois tipos de teorias ... são vastas: não somente há contrastes de generalidade e especificidade entre elas, mas os modos de julgamento e avaliação que lhes são apropriados são radicalmente diferentes. ... *só quando nos tornamos plenamente cientes das diferenças cognitivas e de avaliação entre esses dois tipos de teorias, será possível ter uma teoria do progresso científico que seja historicamente fundada e filosoficamente adequada* (p. 72).

Laudan, antes de apresentar as características de sua concepção de *Tradição de Pesquisa*, faz uma breve descrição crítica das propostas de Kuhn e de Lakatos, procurando registrar em que diferem da sua.

Vê os *paradigmas* como “...‘modos de ver o mundo’; amplos *insights* quasi-metafísicos ou suposições acerca de como os fenômenos em algum domínio devem ser explicados. Incluídas sob o guarda-chuva de qualquer bem desenvolvido paradigma estará um número específico de teorias, cada qual pressupõe um ou mais elementos do paradigma.” (p. 73) Como é conhecido, para Kuhn, uma vez aceito pela comunidade científica um paradigma, esta comunidade se comportará dentro do que denomina: “ciência normal”, o que é próprio das “ciências maduras”. Ou seja: todos os problemas que se apresentem serão resolvidos dentro do paradigma dominante, até que se acumulem *anomalias*, de tal monta, que provoquem o descrédito do paradigma, estabelecendo-se a *crise paradigmática*, que será resolvida pela *revolução científica*, com a adoção de um novo paradigma. As *ciências imaturas* seriam aquelas que não teriam atingido a fase paradigmática,³⁶ sendo

³⁶ Interessante registrar que uma das fontes da impactante obra de Kuhn foi, além de sua aproximação com a história da ciência, seu estágio (1958/59) no Center for Advanced Studies in the Behavioral Sciences, experiência que lhe permitiu formular a noção de paradigma, conforme nos conta no Prefácio de *A Estrutura das Revoluções Científicas*: “Fiquei especialmente impressionado com o número e a extensão dos desacordos existentes entre os cientistas sociais no que diz respeito ‘a natureza dos métodos e problemas científicos legítimos. Tanto a História como meus conhecimentos fizeram-me duvidar que os praticantes das ciências naturais possuam respostas mais firmes ou mais permanentes para tais questões do que seus colegas das ciências

característica das mesmas um constante questionamento de seus fundamentos. O progresso ocorreria, portanto, através das revoluções, não tendo caráter cumulativo, ou seja, é um “novo mundo” que se instala, incomensurável com o anterior, o mundo do velho paradigma.

Quanto aos *programas de pesquisa* de Lakatos, considera-os tanto uma resposta como um avanço em relação a Kuhn. Avanço na medida em que a proposta lakatosiana admite a co-existência de programas de pesquisa alternativos, sua possibilidade de comparação racional (comensurabilidade) e, mais do que Kuhn, tenta lidar com a difícil questão da relação entre a *super-teoria* e suas *mini-teorias* componentes. Assim resume a epistemologia dos programas de pesquisa:

[...] têm três elementos: 1) um ‘núcleo duro’ (ou ‘heurística negativa’) de suposições fundamentais que não podem ser abandonadas ou modificadas sem o repúdio do programa de pesquisa; 2) a ‘heurística positiva’, que contém ‘um conjunto parcialmente articulado de sugestões ou indicações de como mudar ... modificar, sofisticar (sic)’ nossas teorias específicas sempre que desejemos melhorá-las, e 3) ‘séries de teorias, T1, T2, T3, ...’ onde cada teoria subsequente ‘resulta do acréscimo de cláusulas auxiliares à ... teoria prévia’. Tais teorias são os exemplos específicos do programa de pesquisa geral. Os programas de pesquisa podem ser progressivos ou regressivos de várias formas: mas, progresso para Lakatos, mais mesmo do que para Kuhn, é exclusivamente uma função do crescimento *empírico* de uma tradição. É a posse de um maior ‘conteúdo empírico’, ou de um maior ‘grau de corroboração empírica’ que faz uma teoria superior, ou mais progressista, em relação a outra.” (p. 76)

As críticas de Laudan se dirigem aos seguintes pontos: a) da mesma forma que Kuhn, Lakatos concebe o progresso exclusivamente em termos empíricos; b) as excessivas restrições que faz ao surgimento de novas mini-teorias – “*duas teorias só podem estar num mesmo programa de pesquisa se uma das duas implica a outra*” (p. 77) – o que é muito raro na história da ciência; c) a dependência de Lakatos das noções de Tarski-Popper de “conteúdo empírico e lógico”, o que coloca o progresso como fruto da comparação de conteúdos empíricos, o que por sua vez foi contestado, por autores como Grünbaum, como não-factível; d) a falta de relação entre uma teoria sobre o progresso e uma teoria sobre a aceitabilidade, uma vez que

sociais ... A tentativa de descobrir a fonte dessa diferença levou-me ao reconhecimento do papel desempenhado na pesquisa científica por aquilo que, desde então, chamo de ‘paradigmas’. Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1982: 12/3).

Lakatos, idiossincriticamente (sic), se recusa a admitir racionalidade na escolha entre teorias; e) a negação do peso das anomalias na avaliação de um programa de pesquisa; f) a rigidez, que também ocorre com Kuhn, quanto ao núcleo do programa de pesquisa admitir mudanças básicas.

Realizada a crítica aos autores, que reconhece terem tido um relevante papel pioneiro, passa Laudan a expor sua alternativa: a noção de *Tradição de Pesquisa*. Dá exemplos, em vários domínios, de *Tradições de Pesquisa*: Darwinismo, Teoria Quântica, Teoria Eletromagnética da Luz, Empirismo e Nominalismo, Voluntarismo e Necessitarismo, Behaviorismo e Freudismo; portanto, da biologia à psicologia, passando pela física, filosofia e teologia, encontra conjuntos – *Tradições de Pesquisa* - que entende ter características em comum. Estas seriam:

A – Contêm um número de teorias específicas que as exemplificam e, parcialmente, as constituem.

B – Têm compromissos metafísicos e metodológicos que as caracterizam e distinguem das demais.

C – São amplas formulações, às vezes, contraditórias, com longa duração no tempo, diferentemente das teorias que, muitas vezes, são fugazes.

As tradições de pesquisa, na medida em que fornecem grandes linhas para o desenvolvimento de teorias, fazem com que as teorias específicas tenham a função – dentro de uma tradição de pesquisa – “de explicar todos os problemas empíricos no domínio, ‘reduzindo-os’ à ontologia da tradição de pesquisa.” (p. 79) Mais ainda, determinam o modo como as entidades que consideram legítimas devem relacionar-se. Dá dois exemplos esclarecedores:

Se a tradição física em estudo é cartesiana, só reconhece mentes e matéria como o que existe, estando excluídas outras substâncias, ou, formas mistas. As partículas cartesianas devem interagir por contato, não por ação à distância.

Se a tradição é marxista, suas entidades unicamente podem interagir em virtude de forças econômicas que as influenciam.

Laudan fornece, neste momento, uma definição operativa de *Tradições de Pesquisa*:

[...] uma tradição de pesquisa é um conjunto de suposições gerais acerca de entidades e processos num domínio de estudo, e acerca dos métodos apropriados a serem

usados para a investigação de problemas e construção de teorias neste domínio [...] (as tradições de pesquisa) não são nem explanatórias, nem preditivas, nem diretamente testáveis (p. 81).

Observamos, pela citação acima, que há marcantes diferenças entre *teorias e tradição de pesquisa*. Neste sentido, uma tradição de pesquisa pode conter teorias rivais, o que frequentemente ocorre, uma vez que teorias surgem em competição com antecessoras, geralmente, oferecendo-se a testes empíricos, pois, pretendem fazer previsões num determinado domínio. Apesar de tais diferenças, são as tradições de pesquisa que nos oferecem os instrumentos que necessitamos para *resolver problemas* – empíricos e conceituais – assim como determinam o que é problema em seu domínio, e que importância têm. Ainda no marco das diferenças entre *teorias e tradições de pesquisa*, esclarece:

... uma bem sucedida tradição de pesquisa é aquela que conduz, via suas teorias componentes, à solução adequada de uma crescente gama de problemas empíricos e conceituais. Determinar que uma tradição é bem sucedida neste sentido não significa, evidentemente, que a tradição foi ‘confirmada’ ou ‘refutada’. Nem pode tal avaliação dizer-nos qualquer coisa acerca da verdade ou falsidade da tradição. Uma tradição de pesquisa pode ser enormemente bem sucedida em gerar teorias profícuas e, contudo, ser falha em sua ontologia ou metodologia. Da mesma forma podemos conceber que uma tradição de pesquisa possa ser verdadeira e, contudo, (talvez, pela falta de imaginação de seus proponentes) ser mal sucedida em gerar teorias que sejam efetivos solucionadores de problemas. Daí, abandonar ou rejeitar uma tradição de pesquisa não é (ou não deveria ser) julgar que a tradição é falsa (p. 82-83).

As teorias e as tradições de pesquisa guardam entre si relações complexas. Importante destacar que não existe uma relação de implicação entre ambas, assim: “... há um número de teorias mutuamente inconsistentes que reivindicam lealdade à mesma tradição de pesquisa, como há um número de diferentes tradições de pesquisa que pode, em princípio, fornecer uma base para uma dada teoria.” (p. 85) Para melhor compreendermos tais relações, devemos levar em conta que elas se dão sob dois pontos de vista: o histórico e o conceitual.

As tradições de pesquisa influenciam fortemente – embora não totalmente – o âmbito e o peso dos problemas empíricos com os quais suas teorias componentes devem trabalhar, da mesma forma que determinam seu domínio conceitual. Em consequência, delimitam o domínio de aplicação das teorias específicas, assim como podem gerar problemas conceituais para as

teorias. Em suma: têm as tradições de pesquisa um papel constrangedor em relação às suas teorias componentes. Pensemos, a título de exemplo, em “cartesianos” como Huygens e Leibniz – comprometidos com uma ontologia de corpos em ação por contato – viam a teoria da mecânica celeste de Newton como supérflua.

Por outro lado, as tradições de pesquisa exercem um papel heurístico em relação às teorias, oferecendo-lhes dados iniciais para a sua construção. Isto não significa, evidentemente, que podemos deduzir teorias das tradições de pesquisa, mas que estas indicam linhas de pesquisa. Por exemplo: quando Descartes desenvolveu sua teoria sobre a luz e as cores, já tinha inaugurado uma tradição, na qual as únicas propriedades que os corpos poderiam ter seriam as de tamanho, forma, posição e movimento. Tais propriedades serviam, assim, como parâmetros para qualquer teoria física a ser construída. Desta forma, sabia Descartes, de antemão, que sua teoria ótica deveria seguir linhas compatíveis com tais propriedades dos corpos e assim o fez.

Um segundo, e importante, papel heurístico das tradições em relação às teorias já havia sido assinalado por Lakatos: o de indicar, em linhas gerais, como as teorias devem ser modificadas para aumentar sua capacidade de resolver problemas. Como exemplo histórico, pode ser citada a modificação que a teoria cinética dos gases sofreu – para dar conta do insucesso inicial de suas previsões – dentro de uma flexível tradição de pesquisa que permitia a criação de novas hipóteses explicativas.

Uma das mais importantes funções das tradições de pesquisa em relação às teorias é a de *racionalizá-las*, ou, *justificá-las*. Usualmente, as teorias fazem muitas suposições sobre a natureza, as quais não podem ser justificadas, quer no interior da teoria, quer por dados que confirmem a teoria. Contudo, a tradição a que a teoria está ligada, fornece-lhe uma *rationale* que, pelo menos, garante ao cientista uma “primeira audiência” – por parte de seus pares, que também partilham da mesma tradição – embora, outros (de tradições diversas) possam questioná-la.

Laudan, assim, resume o exame que faz da relação teoria/tradição de pesquisa:

... as tradições de pesquisa podem justificar muitas das afirmações que suas teorias fazem; podem servir para marcar certas teorias como inadmissíveis

porque são incompatíveis com a tradição de pesquisa; podem influenciar o reconhecimento e o peso de problemas empíricos e conceituais para suas teorias componentes, e podem fornecer linhas gerais heurísticas para a geração ou modificação de teorias específicas (p. 93).

Laudan faz uma aguda observação sobre a possibilidade de uma teoria se destacar de sua originária tradição de pesquisa. Diz que uma teoria se afasta de sua tradição original, em geral, quando é absorvida por uma tradição alternativa, totalmente ou com pequenas modificações. Isto ocorre porque, via de regra, as teorias não têm vida própria e sua própria existência, em geral, tem curta duração. Lembra que as teorias não têm a capacidade de autenticarem-se, pois, fazem afirmações sobre o mundo para as quais não oferecem uma *rationale*. Esta – a *rationale* – como já vimos, seria uma contribuição da tradição de pesquisa. Dá, como exemplos históricos, as primeiras doutrinas da termodinâmica que se iniciaram numa *tradição calórica* (teorias substancialistas do calor) e foram absorvidas pela *tradição cinética*; assim como Newton foi capaz de mostrar que sua teoria poderia absorver a teoria do impacto de Huygens, a qual era de tradição cartesiana. É importante frisar que estamos sempre lidando com tradições em competição.

Uma vez sendo criaturas históricas (sic), as tradições de pesquisa florescem, crescem, desaparecem mas, também, evoluem. Este último aspecto é o de mais difícil elucidação. Laudan lembra as dificuldades de Lakatos e Kuhn para dar conta de uma evolução, quer dos *programas de pesquisa*, quer dos *paradigmas*, tendo esses autores optado por ser um *acontecimento*, uma *ocorrência histórica* inexplicável racionalmente, o mecanismo íntimo de sua substituição, não deram conta, sobretudo, da possibilidade de evolução. Laudan crê numa evolução das tradições de pesquisa e fornece, convincentes exemplos históricos: mudanças no aristotelismo (certos aristotélicos abandonaram a idéia da impossibilidade do movimento no vazio), no cartesianismo (certos cartesianos repudiaram a identificação de matéria e extensão), ou, na psicologia freudiana.³⁷ Diz, a respeito:

... estes aparentes ‘renegados’ não estavam mais trabalhando dentro de uma tradição, a qual eles honestamente reivindicavam subscrever ? Tomás de

³⁷ Na ausência de exemplos específicos, em Laudan, acrescentaríamos o que foi dito anteriormente sobre as modificações proporcionadas pela teoria da relação de objeto, pela teoria laciana e outros desenvolvimentos da psicanálise.

Aquino deixa de ser um aristotélico porque rejeita partes da análise de Aristóteles do movimento ? Huygens se torna não-cartesiano porque admite a possibilidade de espaços vazios ?” (p. 97)

As mudanças das teorias componentes seria um dos elementos de evolução das tradições de pesquisa. Contudo, o ponto mais problemático, refere-se ao *núcleo*, quais seriam os elementos que não poderiam ser alterados, sob pena de não estarmos mais falando de uma mesma tradição de pesquisa ? A solução de Lakatos é que, nessas maxi-teorias (programas de pesquisa, paradigmas ou tradições de pesquisa), o núcleo é intocável. A posição de Laudan é muito mais flexível, pois, questiona o que seja o *núcleo*, ou melhor, julga que os elementos nucleares se alteram com o tempo: “O que constituía a essência da tradição de pesquisa marxista no final do século XIX é substancialmente diferente da ‘essência’ do marxismo cinqüenta anos mais tarde.” (p. 99) Reconhece Laudan não ter uma resposta satisfatória para o que seria “não-rejeitável” numa tradição de pesquisa, mas acredita que relativizando a questão aproxima-se mais de como os cientistas realmente trabalham, ou, utilizam uma tradição. Acredita também que, através da evolução de uma tradição ativa, se aprende mais sobre o seu “não-rejeitável núcleo”.³⁸

Uma rica discussão é apenas mencionada, na obra central de Laudan, que estamos discutindo, e refere-se às relações entre *tradição de pesquisa* e *visão de mundo*. É uma inter-relação, a nosso ver, embora Laudan enfatize mais a direção: *tradição de pesquisa* → *visão de mundo*. Mostra como, nem sempre uma bem sucedida tradição de pesquisa altera a visão de mundo (“certos sistemas mais amplos de crenças dentro de uma dada cultura”), como ocorreu com as tradições inauguradas por Galileu, Descartes ou Newton. Menciona também os reajustes que as *pessoas reflexivas* tiveram que fazer ante o impacto do darwinismo ou do marxismo. Mostra, contudo, que tal resistência não tem – como muitos pensam – um caráter necessariamente conservador, pois, muitas vezes as novas tradições foram rapidamente aceitas, por corresponderem a expectativas da época. Voltaremos a este ponto em

³⁸ Este ponto será retomado, no próximo capítulo, quando discutirmos a avaliação de Marcia Cavell da teoria psicanalítica, uma vez que a mesma questiona o que para muitos seria um “núcleo duro” da psicanálise – a noção de processo primário – embora suas descrições clínicas pareçam compatíveis às de qualquer psicanalista praticante.

nossas críticas à proposta de Laudan. No momento, gostaríamos de registrar também a noção de *peessoas reflexivas* – ou *comunidade de pensadores* – que desempenha um importante papel na proposta de Laudan.

O autor chama a atenção para o fato de que os cientistas trabalham, freqüentemente, com mais de uma tradição de pesquisa. Deseja salientar que não vê as tradições de pesquisa como estando, necessariamente, em competição. O que ocorre é um movimento permanente, mais de integração do que de supressão de uma tradição sobre as demais. Cita o exemplo do marxismo que retirou elementos do idealismo de Hegel, do materialismo de Feuerbach e do “capitalismo” de Adam Smith e seus seguidores.

Reconhece o autor o caráter incipiente de sua proposta, a qual merece mais pesquisa para futuros esclarecimentos, como é o caso: da questão das tradições de pesquisa não-standards, ou seja, “... aquelas unidades que são demasiado estreitas para serem plenas tradições de pesquisa, mas bastante globais para serem consideradas como meras teorias.” (p. 106) Um dos exemplos que dá, diz-nos diretamente a respeito, é o da psicometria, do início do século XX, que sustentava a idéia de um possível representação matemática de fenômenos mentais.³⁹ São casos em que os cientistas têm uma mesma metodologia e ontologias diferentes, ou, vice-versa.

A avaliação das tradições de pesquisa nos leva, inevitavelmente, para a ampla questão do crescimento científico, ou, em outros termos: para a *noção de progresso*, o que implica a concomitante discussão de *racionalidade*, segundo o ponto de vista de Laudan.

6 – Progresso e Racionalidade – Como sublinhamos, desde o início da discussão da epistemologia de Larry Laudan, a noção de progresso exerce, nesta, um papel central por vários motivos, dentre os quais destacamos que é, através dela, que podemos aproximar-nos da noção de *racionalidade*. A rigor, esta última interessa-nos mais, dados os propósitos desta pesquisa. Entretanto, gostaríamos de assinalar que a *questão do progresso* tem um valor em si, constituindo-se num desafio para qualquer epistemologia. Quer seja o de

³⁹ O exemplo nos parece importante, pois, sob diversas formas até os nossos dias há uma forte tradição nosográfica dos distúrbios mentais que se baseia mais numa “visão de mundo” do que numa determinada teoria.

explicar como é possível o progresso, ou, o crescimento do conhecimento científico, quer seja o de esclarecer em que consiste tal noção que é, por muitos, relativizada (Kuhn), ou, até negada (em certa medida, por Feyerabend). Sugerimos a retomada da discussão do processo de avaliação das tradições de pesquisa como a melhor forma de compreendermos o que significa progresso, pelo menos, do ponto de vista da proposta em discussão.

Propõe Laudan dois critérios para a avaliação: *adequação* e *progressividade*. Por *adequação* entende a capacidade das teorias mais recentes da tradição em resolver problemas. Enquanto que, por *progressividade*, entende a determinação se uma tradição, no curso do tempo, aumentou ou diminuiu sua eficácia. A progressividade implica em duas ordens de medidas:

A – O progresso geral de uma tradição de pesquisa. Determinado pela comparação da eficácia entre as antigas e as mais recentes teorias componentes.

B – A taxa de progresso de uma tradição de pesquisa. Determinada pelas variações, num determinado período de tempo, da eficácia da tradição.

A distinção entre esses dois índices é importante uma vez que não andam, necessariamente, passo a passo. Uma tradição pode representar um elevado progresso geral, mas vir apresentando uma baixa taxa de progresso, ou, ao contrário, uma tradição pode estar apresentando uma elevada taxa de progresso, mas seu progresso geral ser reduzido.⁴⁰ O que está em jogo é um aspecto temporal. Vai sofisticar mais ainda o processo de avaliação, distinguindo duas modalidades: o *contexto da aceitabilidade* e o *contexto da busca*. Argumenta que a falta desta distinção – dos contextos em que as teorias (ou conjunto de teorias) são avaliadas – tem levado a equívocos, como o de considerar escolhas históricas, entre teorias, como irracionais. Esquece-se que nos dois diferentes contextos, são também diferentes os objetivos e critérios em jogo.

⁴⁰ Este paradoxo: elevado progresso geral e baixa taxa de progresso parece ocorrer com a teoria psicanalítica, ou a tradição de pesquisa psicanalítica, nas últimas décadas, constituindo-se numa das características do que assinalamos como a “crise da psicanálise”.

A – Contexto da Aceitabilidade – Aceitar uma teoria é “ ... *tratá-la como se fosse verdadeira*”. (p. 108) Os critérios, então, podem ser os mais diversos: desde o maior grau de confirmação (para os indutivistas), até o de escolher qualquer uma por não haver escolha racional (Kuhn), passando pelo de maior grau de falseabilidade (para os falsificacionistas, à la Popper). Sugere o seu próprio: “ ... *escolha a teoria (ou tradição de pesquisa) de maior eficácia em resolver problemas*”, esclarecendo:

Sob este ângulo, a rationale para aceitar ou rejeitar qualquer teoria é, então, fundamentalmente baseada na idéia de *progresso* em resolver problemas. Se uma tradição de pesquisa resolveu mais importantes problemas do que suas rivais, então aceitar esta tradição é racional, precisamente no grau em que estamos almejando o ‘progresso’, isto é, maximizar o escopo de problemas resolvidos. Em outras palavras, *a escolha de uma tradição sobre as suas rivais é uma escolha progressiva (e assim uma escolha racional) precisamente na medida em que a tradição escolhida é uma melhor solucionadora de problemas do que suas rival* (p. 109).

B – O Contexto da Busca - Somente a aceitabilidade não dá conta da escolha que os cientistas fazem das teorias a serem investigadas, daí a idéia de muitos da não racionalidade da escolha entre teorias. Contudo, Laudan considera racional uma escolha de teoria, mesmo que seja a menos aceitável. Argumenta que não se pode saber de antemão o futuro sucesso de uma teoria: “ ... *é sempre racional buscar alguma tradição de pesquisa que tenha uma maior taxa de progresso do que suas rivais* (mesmo se ela tenha uma eficácia menor em solucionar problemas)”. (p.111) O que está em jogo, nesses casos, é a “promessa”, ou, a “fecundidade” da teoria. O exemplo mais marcante que oferece é a tradição de pesquisa galileana, a qual inicialmente não oferecia mais soluções do que o aristotelismo, mas prometia a curto prazo oferecer soluções. O mesmo ocorreu com o atomismo de Dalton, que era inferior à tradição, então dominante, das afinidades eletivas. A respeito deste último exemplo diz:

Aquela tradição química (química das afinidades eletivas) tinha sido enormemente bem sucedida em correlacionar e prever como as diferentes substâncias químicas se combinavam. A doutrina atômica inicial de Dalton nada podia reivindicar ante o sucesso em resolver problemas da química das afinidades eletivas ... o sistema de Dalton confrontava-se com numerosas e sérias anomalias. O que Dalton era capaz de fazer, contudo, era prever – como nenhum outro sistema havia feito antes – que as substâncias químicas se combinariam em certas definidas proporções e múltiplos, não importando quanto dos vários reagentes estivesse presente. ... Ainda que a maioria dos

cientistas se recusasse a aceitar a proposta daltoniana, muitos, contudo, estavam preparados para tomá-la seriamente, alegando que a capacidade de fazer descobertas do sistema daltoniano o fazia, ao menos, suficientemente promissor para ser valioso para futuro desenvolvimento e refinamento (p.113).

Laudan acredita que a introdução do contexto de busca possa ser uma solução intermediária, mais saudável (*sic*), para a insistência de Kuhn em que nunca é racional a busca de alternativas ao paradigma dominante (exceto nos momentos de crise) e, por outro lado, a posição anarquista de Feyerabend e de Lakatos que consideram a busca de qualquer tradição de pesquisa – não importando se regressiva ou não – como sendo sempre racional. A rigor, a nosso ver, são posições idênticas (Kuhn, Feyerabend e Lakatos), pois, a noção de racionalidade desaparece.

Vejamos como apresenta a questão do *progresso e racionalidade*:

Uma das mais espinhosas questões da filosofia do século XX diz respeito à natureza da racionalidade. Alguns filósofos sugerem que a racionalidade consiste em agir para maximizar utilidades pessoais; outros sugerem que a racionalidade consiste em acreditar em, e agir segundo, somente aquelas proposições das quais temos boa base para crer serem verdadeiras (ou ao menos serem mais prováveis que não); outros apontam que a racionalidade é uma função da análise custo-benefício; ainda outros reivindicam que a racionalidade leva a não mais do que colocar afirmações que possam ser refutadas. Muito foi escrito sobre estas, assim como outras, noções de crença e ação racionais. Mas, ignorando o fato de que nenhuma dessas explicações de racionalidade se mostrou livre de dificuldades lógicas e filosóficas, *nunca* foi mostrado que qualquer delas é suficientemente rica para se ajustar às nossas intuições acerca da racionalidade inerente em muito da história do pensamento científico. Pelo contrário, é relativamente fácil mostrar que há numerosos casos na história da ciência – casos em que quase todos concordariam intuitivamente que a análise racional estava ocorrendo – que vão contra a cada um dos modelos de racionalidade acima mencionados (p.21-22).

Ao fazer uma crítica tão ampla – a praticamente todas as correntes epistemológicas – considera o autor que a única forma de aproximação ao tema da racionalidade, seria o de colocá-lo como parasítico (*sic*) ao de progresso e, ambos, subordinados ao seu modelo de solução de problemas. Sustenta a radicalidade de sua posição através de exemplos históricos e aprofunda-a, chegando a defender que pode ser racional a objeção, por motivos filosóficos ou religiosos, levantada a alguma teoria ou tradição de pesquisa científica. Isto fica menos impactante, caso lembremos que uma

teoria ou tradição de pesquisa é avaliada segundo os problemas empíricos e conceituais que resolve e as anomalias que gera. Sua preocupação é identificar a escolha racional com a progressista, com aquela que aumenta a eficácia das teorias que aceita. Está pressupondo, pois, “... uma teoria da racionalidade *sem pressupor qualquer coisa acerca da veracidade ou verissimilitude das teorias que julgamos ser racionais ou irracionais*”. (p. 125)

Laudan admite que pode ser mal interpretado, tanto no sentido de negar que as teorias científicas sejam verdadeiras, como no de ser confundido com um partidário da epistemologia “vale tudo” (“*anything goes*”), à *la* Feyerabend. Rebate tais possíveis críticas, frisando que seu modelo não nega uma interpretação “realista” do empreendimento científico – apenas não vê como podemos afirmar que a ciência é verdadeira, provável ou aproxima-se da verdade – da mesma forma que tal modelo exige altos padrões de comportamento racional. Quanto a este último ponto, desenvolve mais longamente sua contra-argumentação, uma vez que muitos filósofos da ciência pretenderam reivindicar que nossos padrões de avaliação racional podem ter permanecido constantes durante o tempo, enquanto outros (como Popper e Lakatos) admitem que tais padrões evoluíram mas que podemos reconstruir a racionalidade de um momento histórico, segundo nossos *atuais padrões*. O autor julga que os historiadores da ciência recusam ambas pretensões. Lembra que cientistas do passado tiveram que fazer suas opções em relação às teorias apresentadas, segundo *seus* critérios e não os *nossos*. Questiona também a arrogância de imaginarmos serem *nossas* teorias de racionalidade melhores que as *deles* – o que pode ser verdade – e com isto não enxergarmos o que foi operativo naquele determinado caso histórico. Reconhece que a racionalidade tem características transtemporais e transculturais, embora tais características não possam excluir a participação – não ocasional, mas constante – de fatores extra-científicos; a noção de eficácia seria uma dessas características. *En passant* faz um comentário que julgamos digno de ser registrado, pois, utilizaremos-lo mais adiante. Referimo-nos ao fato de pressupor que seu modelo se aplica àquelas culturas que têm uma tradição de discussão crítica, “... sem a qual nenhuma cultura pode reivindicar racionalidade”.

Retornando ao tema das escolhas históricas aparentemente irracionais, ou seja, aquelas em que motivos políticos ou religiosos predominaram, vale a pena mencionar os parâmetros que Laudan sugere para a avaliação histórica do processo de escolha entre teorias ou tradições de pesquisa:

A racionalidade ou irracionalidade de qualquer episódio onde fatores ‘não-científicos’, mas intelectuais, desempenham um papel deve ser avaliada segundo caso por caso. Todavia princípios norteadores poderiam ser: 1) no caso de tradições de pesquisa competidoras, se uma daquelas tradições é compatível com a mais progressista ‘visão de mundo’ disponível, e a outra não, então há fortes bases para preferir a primeira; 2) se ambas as tradições podem ser legitimadas com referência a mesma ‘visão de mundo’, então a decisão racional entre elas pode ser feita sob bases inteiramente ‘científicas’; 3) se nenhuma tradição é compatível com uma progressista ‘visão de mundo’, seus proponentes devem ou articular uma nova ‘visão de mundo’, que as justifique, ou desenvolver uma nova tradição de pesquisa que possa ser compatível com a mais progressista ‘visão de mundo’ existente (p. 132-133).

Como entendemos que as principais críticas à proposta de Laudan, neste ponto, possam vir daqueles que ficaram conhecidos como “externalistas” – defensores de uma história da ciência escrita a partir, fundamentalmente, de fatores sócio-econômicos – em oposição aos “internalistas” – defensores de uma história da ciência escrita a partir do próprio interior do empreendimento científico – acrescentamos na dissertação de mestrado um APÊNDICE (II) onde apresentamos a discussão de Laudan a respeito.

Laudan julga que sua proposta pode dar melhor conta da questão do processo de crescimento do conhecimento científico – cumulativo ou não-cumulativo – do que as atuais alternativas, principalmente, a de Kuhn (crescimento por “revoluções científicas”). Vai criticar tanto as teorias cumulativas (Popper e Lakatos), como as não-cumulativas (Kuhn), baseando-se mais uma vez em dados da história da ciência. Nesta linha, observa que as “revoluções científicas” não foram tão revolucionárias como, à primeira vista, parecem. Faz tal afirmação ao negar que a chamada “ciência normal” (Kuhn), que pressupõe um paradigma dominante, seja o comum na história. Sempre ocorreram disputas entre tradições de pesquisa e questionamentos sobre os fundamentos da ciência (o que, segundo Kuhn, não ocorreria nos períodos de “ciência normal”), não sendo tais questionamentos próprios, ou exclusivos, quer de situações de crise, quer das chamadas “ciências imaturas”. Da mesma forma, não vê a adoção de um novo paradigma, ou de uma nova tradição de

pesquisa, como um acolhimento por parte da maioria dos cientistas. Pelo contrário, observa que as inovações são recebidas e defendidas por um número reduzido de cientistas. A idéia de Kuhn – e também de Lakatos – de que a atividade científica durante o período em que o paradigma ou o programa de pesquisa atinge a maturidade, está imune a influências externas, também não encontraria respaldo na história. Da mesma forma, as exigências de Popper, assim como de Lakatos, de que a nova teoria deve resolver os mesmos problemas que a anterior e novos, ou aqueles até então não resolvidos, aumentando o conteúdo empírico, seria pobre em exemplos históricos.

Continuando sua crítica às epistemologias correntes, em especial aos relativistas, questiona os fundamentos da incomensurabilidade de paradigmas. Considera que o critério de solução de problemas permite uma certa independência para a avaliação, mesmo histórica, das diversas alternativas, portanto, da escolha racional entre teorias. Sua argumentação se baseia na suposição de que a maior parte dos problemas empíricos pode ser formulada em linguagem, mesmo que teórica, comum às diversas tradições em competição. Ao mesmo tempo, os problemas que são próprios de uma tradição podem ser avaliados dentro da mesma, por critérios de consistência, simplicidade, refutabilidade ou precisão nas previsões. De certa forma, Laudan concorda com Kuhn quanto ao progresso representar “ganhos e perdas”. Entretanto, coloca a questão em outros termos: a eficácia na solução de problemas pode relegar a um segundo plano questões que seriam problemas – mesmo que “problemas resolvidos” – para a tradição anterior (recordemos que a “química das afinidades eletivas” resolvia problemas que a química de Dalton não dava conta. Neste caso o que houve foi uma mudança do *peso* dos problemas).

Laudan estende a aplicação de seu modelo de progresso às *humanidades*, num instigante capítulo – História das Idéias – onde defende como *possível e apropriado* (sic) falar de progresso nas não-ciências, considerando simplista a identificação de racionalidade científica com controle e precisão quantitativa. Sugere que o tema seja melhor pesquisado:

Se há alguma verdade na afirmação (positivista) acerca das diferenças entre as ciências e não-ciências, e eu suspeito que haja alguma verdade nisto, tais diferenças serão encontradas, não na exclusiva exibição de progresso pelas ciências, mas mais ainda na maior taxa de progresso por elas exibida. Todavia, mesmo esta afirmação é ainda uma matéria de vaga intuição, e assim permanecerá até que historiadores das idéias não-científicas comecem a re-escrever a história com uma visão voltada para a avaliação do progresso relativo e da racionalidade das tradições de pesquisa em competição, nas humanidades (p. 192).

7 – A Comunidade de Pensadores – Laudan faz recorrentes referências a “comunidade de pensadores”, “pessoas reflexivas”, ou, simplesmente, “pensadores” como os agentes da escolha entre teorias ou tradições de pesquisa. A rigor, a racionalidade estaria localizada nestes agentes, ou seja: a escolha do agente é que seria racional, não a teoria ou a tradição de pesquisa. É um ponto que não desenvolve em sua obra maior e, ao que podemos constatar, em suas outras, posteriores.

A partir desses pontos básicos que procuramos resenhar, Laudan discute os principais temas que dominam o debate epistemológico anglo-saxão contemporâneo. Discute também questões ligadas à história das idéias e ao papel da ciência. Ambas as questões estão relacionadas com o nosso tema, ao qual devemos agora retornar. Pois, apresentamos a proposta de Laudan no contexto de crítica às insuficiências da epistemologia popperiana para lidar com o problema da racionalidade da teoria psicanalítica.

Reconhecemos que Laudan oferece melhores instrumentos de trabalho epistemológico que seus interlocutores, pois:

- Faz uma melhor formulação do problema da racionalidade.
- Dá um papel e um adequado tratamento aos problemas conceituais.
- Faz uma melhor aproximação do tema do progresso.
- Permite um espaço de reflexão para as relações entre “visão de mundo” e ciência.
- Fornece instrumentos para uma investigação mais rica de uma teoria como a psicanalítica.

Contudo, não se livra o autor, a nosso ver, de várias limitações próprias à tradição em que está inserido. Assim:

A – Relega Laudan a um segundo plano, como seus demais interlocutores (Popper, Lakatos, Kuhn e Feyerabend), o problema da linguagem. Indagamos se seria possível, principalmente, na discussão da psicologia e, em particular, da teoria psicanalítica, reduzir tão rapidamente – sem maior questionamento – as proposições na primeira pessoa em proposições na terceira pessoa.

B – Sentimos falta de uma maior discussão de temas das chamadas ciências humanas, o que é também uma constante, na tradição em que está inserido. O autor, no Prólogo da obra que tomamos como referência, faz a ressalva de que tratará exclusivamente do que entende por “*progresso cognitivo*”, ou seja: “... *progresso em relação às aspirações intelectuais da ciência.*” Em seu entendimento, o progresso cognitivo não implica, nem é fruto, de progresso material, social, ou, espiritual. Embora reconheça que não seja possível desconectar, completamente, tais noções, não se propõe ao exame de suas relações.

C – Não discute o papel da “comunidade de pensadores” que, em nossa leitura, é extremamente relevante no processo decisório de escolha entre tradições de pesquisa.

Em que pese tais restrições, pensamos que possa ser útil *tomar a psicanálise como uma tradição de pesquisa*. O aspecto amplo e, em grande medida, vago da noção de *tradição de pesquisa*, antes de ser um defeito, é a nosso ver uma virtude, uma vez que não pretende como a de *paradigma* (Kuhn) – com quem partilha da mesma imprecisão – ser uma noção rígida. Em nosso entendimento da leitura de Laudan, os aspectos ontológicos e metodológicos seriam os fundamentais para que diversas teorias – como é o caso da teoria psicanalítica – compartilhassem da mesma *tradição*. A isenção da responsabilidade por critérios de refutabilidade ou previsibilidade dão também a liberdade de substituímos teorias que se mostraram inadequadas, sem abandonarmos a tradição. Como já comentamos, em outro momento, concordamos que, pelo menos, boa parte das teorias que compõem a teoria psicanalítica – ou a *tradição freudiana* (na terminologia de Laudan, embora, preferíssemos: *tradição psicanalítica*, a fim de incluir as novas contribuições)

– não se saem bem ante testes de refutabilidade e previsibilidade. Entretanto, como também já comentamos, a metodologia que fundamenta tais testes não é adequada à psicanálise, ou seja: a *tradição psicanalítica* pede outros métodos. Exemplificamos esta afirmação ao dar como modelo a *teoria psicanalítica sobre os grupos humanos* que, como procuramos demonstrar, se sai bastante bem, quase exemplar, quando avaliada pelo método da “análise situacional” (Popper). É possível que a “análise situacional” seja uma boa candidata a método de avaliação de grande parte, pelo menos, de teorias componentes da tradição psicanalítica, enriquecida pela noção de problema, segundo Laudan. Outra vantagem de tomarmos a teoria psicanalítica como uma tradição de pesquisa seria um melhor entendimento de sua evolução, como observamos ao fazer referência ao trabalho de Melvin Lansky (Lansky, 1997) acerca das repercussões epistemológicas dos desenvolvimentos da psicanálise. Entendemos que formulação semelhante – a necessidade da psicanálise encontrar um modelo próprio – foi a que fez Klimovsky:

... se a psicanálise se desenvolver como ciência madura, terminará por achar que os modelos que a levaram ao êxito são os que lhes são próprios e não os que saíram por analogia das outras disciplinas e, então, assim como a biologia tem seus modelos homeostáticos e a sociologia seus modelos estruturais, a psicanálise terá seus *modelos psicanalíticos*. Em tal sentido, diremos que, em última instância e como nas outras ciências, a peculiaridade do material psicanalítico não muda a estrutura lógica profunda do problema da validade das teorias, mas sim muda o tipo de imaginação, o ato criativo do investigador para propor suas hipóteses, para formar seus teoremas, suas teorias. Aqui é onde nos encontramos com algo *sui generis* da psicanálise, e quem não tenha trabalhado em psicanálise e não entenda bem sua metodologia não se dá conta de como se produzem seus modelos, nem se fará a par das dificuldades inerentes ao problema com que a psicanálise trata (Klimovsky, 1987, 282).

A noção de tradição de pesquisa levanta outra questão que nos diz respeito mais diretamente: a possibilidade de uma maxi-teoria, como a psicanálise, pertencer a mais de uma tradição, pelo menos, parcialmente. Com isto queremos dizer que suspeitamos que a *tradição psicanalítica* permite a absorção de teorias epistemológicas diversas que a fundamentem, ou, reinterpretem-na com maior ou menor êxito. Este processo de *integração de tradições de pesquisa*, como já foi assinalado, é uma possibilidade histórica que Laudan registra. Deste modo, a racionalidade do empreendimento psicanalítico pode receber fundamentação de fontes diversas, guardar tensões com tradições diversas – como nos parece ser o caso de sua relação com a

tradição popperiana – sem que o seu núcleo seja afetado. Nesta linha de pensamento poderíamos supor a teoria psicanalítica como uma teoria componente da tradição popperiana – haja vista a manifesta ambivalência de Popper em relação à psicanálise – como um de seus *programas de pesquisa metafísica* guardando com a mesma (*tradição popperiana*) uma relação de tensão, como um *problema conceitual interno*. Tal especulação não é tão extravagante como a primeira vista parece ser, pois, quando Popper aproxima o *pensamento neurótico* do *pensamento dogmático*, citando uma concordância com a psicanálise, está admitindo um dos pontos centrais da teoria do pensar de W. R. Bion e de sua compreensão do fenômeno psicótico. Este sentido de preservar o instrumental popperiano para a investigação da teoria psicanalítica, reconhecendo a tensão, parece ter sido a opção de Klimovsky, conforme já comentamos e que se mantém em seus mais recentes trabalhos (Klimovsky, 2004). Contudo, nossa opção segue em direção distinta, a da filosofia da linguagem. Deste modo, nesta atual fase de nossa pesquisa vamos voltar-nos para a avaliação de Marcia Cavell e, sobretudo, para as contribuições oriundas da filosofia de Ludwig Wittgenstein. Consideramos, contudo, que várias noções da proposta alternativa de Larry Laudan possam ser extremamente úteis, tais como as de racionalidade e progresso, as quais retomaremos no último capítulo desta tese.